

C&M



Revista Ciência & Maçonaria

Volume 2, Número 2, jul/dez 2014. ISSN 2318-0129



A MAÇONARIA E O DINHEIRO BRASILEIRO

Maurício José Alves Bolzam

TIRADENTES, MAÇOM INICIADO?

Marco Antônio de Moraes

A COLONIZAÇÃO MAÇÔNICA INGLESA: NA CONTRAMÃO DOS PRINCÍPIOS MAÇÔNICOS

Kennyo Ismail

A MISSÃO PERMANENTE DA MAÇONARIA: UM SACERDÓCIO MAÇÔNICO

Rubi Rodrigues

A MAÇONARIA INGLESA NO BRASIL (REVIEW)

Rodolfo Germano

SABEDORIA DO SILÊNCIO: HERMETISMO E ROSACRUZ NO PENSAMENTO HUMANISTA OCIDENTAL (REVIEW)

Marcel Henrique Rodrigues

Realização:

NP3
CEAM | UnB



“A primeira revista acadêmico-científica brasileira com foco no estudo da Maçonaria”



Imagem da Capa:

Foto da plateia durante a palestra de abertura do I Congresso Brasileiro de Ciência e Maçonaria.

Data: 05 de setembro de 2014.

Fotógrafo: Joaquim Nogales

Local: Auditório Joaquim Nabuco, Faculdade de Direito, Campus Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília.

O I Congresso Brasileiro de Ciência e Maçonaria, realizado pelo NP3, contou com a seguinte Comissão Organizadora: Carlos Marcos Batista (presidente), Kennyo Ismail, Lucas Galdeano, Marcelo Grangeiro Quirino e Max Stabile.

Os seguintes palestrantes participaram dessa primeira edição: Marcelo del Debbio, William Almeida de Carvalho, Marcos José Diniz Silva, Fernando da Silva Magalhães, Ivanilson Bezerra da Silva, Hugo Studart, e Edgard da Costa Freitas Neto.

Missão:

Democratizar a produção acadêmico-científica sobre Maçonaria e seu acesso.

Dados Catalográficos:

ISSN 2318-0129

Julho a Dezembro de 2014

Volume 02.

Número 02.

Periodicidade:

Semestral

Conselho Editorial:

Gabriel Castelo Branco

Kennyo Ismail

Max Stabile Mendes

Nihad Faissal Bassis

Conselho Científico:

Vide in website.

Contatos:

Editor-Chefe: Kennyo Ismail

contato@cienciaemaconaria.com.br

Suporte Técnico: Nihad Bassis

nihadbassis@yahoo.com.br

Portal - *www.cienciaemaconaria.com.br*

Realização:

NP3/CEAM/UnB - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, Governo e Gestão do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

Aviso:

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Revista Ciência & Maçonaria. Não é necessário solicitar prévia autorização para reproduzir parte do conteúdo publicado nesta revista, desde que sejam devidamente citados o autor e a fonte.

CRB1-079

C&M: Revista Ciência & Maçonaria / NP3-CEAM-UnB – v.2, n.2 (2014)
Brasília, DF: NP3-CEAM-UnB, 2014.

Semestral
ISSN 2318-0129

1. Maçonaria – Periódicos. I. NP3-CEAM-UnB (Brasília)

CDD: 060
CDU: 061.236.61



"A primeira revista acadêmico-científica brasileira com foco no estudo da Maçonaria"

Sumário

<i>Palavra do Editor</i>	81-82
<i>A Maçonaria e o Dinheiro Brasileiro</i> MAURÍCIO JOSÉ ALVES BOLZAM	83-88
<i>Tiradentes, Maçom iniciado?</i> MARCO ANTÔNIO DE MORAES	89-95
<i>A Colonização Maçônica Inglesa: na contramão dos princípios maçônicos</i> KENNYO ISMAIL	97-104
<i>A Missão Permanente da Maçonaria: um sacerdócio maçônico</i> RUBI RODRIGUES	105-119
<i>A Maçonaria Inglesa no Brasil (resenha)</i> RODOLFO GERMANO	121-123
<i>Sabedoria do Silêncio: Hermetismo e Rosacruz no Pensamento Humanista Ocidental (resenha)</i> MARCEL HENRIQUE RODRIGUES	125-126
<i>Sobre a Revista "Ciência & Maçonaria"</i>	127-128



Palavra do Editor

Prezados leitores,

A revista *Ciência & Maçonaria* – C&M, desde a publicação de seu último número, foi incorporada a mais um importante diretório internacional: o ROAD—*Directory of Open Access Scholarly Resources*. Ele passa agora a constar em nossa lista de importantes diretórios e indexadores internacionais e nacionais que reconhecem a qualidade acadêmico-científica da C&M, unindo-se assim a: DOAJ, Academic Journals Database, Latindex, Sumarios.org e Diadorim.

No entanto, outro parâmetro pode também ser utilizado para verificar a qualidade de nossas publicações: a aceitação do público. E os números de acessos e downloads nos surpreendem, totalizando mais de 40 mil leituras de nossos apenas 28 arquivos. Registramos a todos os leitores nosso agradecimento pelo interesse na produção acadêmico-científica realizada pelos estudiosos e pesquisadores de renome que colaboraram com os nossos números.

O ano de 2014 foi um ano incrível para a revista *Ciência & Maçonaria*. Comemoramos o nosso vínculo ao NP3 da UnB com a realização, ainda no primeiro Semestre, de nossa 1ª Mesa-Redonda, cujo tema foi “Universidade e Maçonaria”. A capa de nosso número anterior foi dedicada a tal evento, realizado no auditório compartilhado entre os Institutos de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB, e que teve a mesa composta pelo Prof. Carlos Batista, Doutor em Economia pela Universidade de Montpellier I, professor titular da UnB e coordenador do NP3; o Prof. Carlos Henrique Cardim, diplomata de carreira, Doutor em Sociologia pela USP e professor do Instituto Rio Branco e da UnB; e o maçónólogo Lucas Galdeano, Grão-Mestre Adjunto

do GODF e ex-Grande Secretário Adjunto de Educação e Cultura do GOB, dentre tantos outros ilustres.

Já no segundo semestre, em Setembro, realizamos o I Congresso Brasileiro de Ciência e Maçonaria, também nas dependências da UnB. A solenidade de abertura ocorreu no auditório Joaquim Nabuco, personagem que, coincidentemente, era maçom, e os demais itens da programação ocorreram no ICC-Sul, ambos localizados no Campus Darcy Ribeiro. O Congresso contou com pesquisadores de importantes universidades brasileiras, como USP, UECE, UFRJ, UERJ, UNIESP, UCB e FCS.

Temos certeza de que esses foram os primeiros eventos de muitos que a revista *Ciência & Maçonaria* realizará, em busca de cumprir com seu objetivo institucional. Acreditamos que em 2015 daremos novos passos nessa jornada conjunta com cada um de vocês.

Aproveito para realizar uma breve apresentação sobre o que vos espera nas próximas páginas:

Neste número, contamos com um interessante artigo de Maurício Bolzam, *A Maçonaria e o Dinheiro Brasileiro*, que trata duma possível relação da Maçonaria com a produção das primeiras moedas cunhadas e gravadas no Brasil.

Você também terá a oportunidade de ler o artigo de Marco Antônio de Moraes, *Tiradentes, maçom iniciado?*, que busca apresentar e analisar os diferentes argumentos apresentados por autores brasileiros a cerca dessa histórica incógnita.

Contamos nesse número também com uma análise histórica de Kenyo Ismail sobre a expansão do Império Britânico nos cinco conti-

nentes e a conseqüente expansão da Maçonaria britânica nos territórios colonizados e no Brasil, única exceção.

Há ainda o artigo de Rubi Rodrigues, que filosofa sobre a teoria das doutrinas não escritas de Platão e sua possível relação com o saber esotérico cultivado na Maçonaria.

Já Rodolfo Germano e Marcel Henrique Rodrigues nos brindam com duas excelentes resenhas dos livros *A Maçonaria Inglesa no Brasil e Sabedoria do Silêncio: Hermetismo e Rosacruz no Pensamento Humanista Ocidental*, respectivamente. Apesar de mencionadas juntas, são estilos de resenhas bem distintas. No entanto, ambos não perdem a oportunidade de apresentar suas críticas. Enquanto Rodolfo aponta para a parcialidade do autor da obra resenhada, Marcel opta por destacar o preconceito dos pensadores atuais acerca do hermetismo, que colaborou para a formação dos principais pensadores cultuados por esses.

Esses artigos não estão restritos a uma ciência apenas, tendo em comum a Maçonaria como campo de estudo, em sintonia com o compromisso institucional da revista "Ciência & Maçonaria", de publicar produção acadêmico-científica multidisciplinar relacionada à Maçonaria de forma gratuita.

Desejamos uma excelente leitura a todos!

Sincera e Fraternalmente,

Kennyo Ismail
Editor-Chefe

A MAÇONARIA E O DINHEIRO BRASILEIRO (FREEMASONRY AND BRAZILIAN MONEY)

Maurício José Alves Bolzam ¹

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de mostrar uma pesquisa arqueológica, realizada no Rio de Janeiro, que encontrou artefatos para a fabricação de moedas. Estes artefatos tinham marcas que correspondem à Maçonaria.

Palavras-chaves: Maçonaria; dinheiro brasileiro.

Abstract

This paper aims to show an archaeological survey conducted in Rio de Janeiro, which found artifacts for the manufacture of coins. These artifacts were brands that match Freemasonry.

Keywords Freemasonry; Brazilian money.

¹ Maurício J. A. Bolzam é graduado em Física pela UFSCar, Mestre e Doutor em Meteorologia pelo INPE—Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Atualmente, é Professor Adjunto da UFG, E-mail: mauricio.bolzam@gmail.com

Introdução

A Maçonaria, como uma sociedade organizada inserida em uma população ainda em formação, como foi a brasileira entre os séculos XVI aos XIX, forneceu uma estrutura necessária para a sua manutenção e solidificação. Isso pôde ser observado, de maneira bastante profunda, no movimento da independência brasileira. Como mencionado por Lima (1997), *in verbis*: "A maçonaria foi incontestavelmente uma escola de disciplina e de civismo ..."

Sem o qual, diga-se de passagem, as províncias brasileiras poderiam sofrer o mesmo processo de desunião que atingiu fatalmente as províncias espanholas (LIMA, 1997). Isso também parece verdade no processo de criação e manutenção de um sistema monetário brasileiro, particularmente da fabricação de moedas no Brasil, o que constitui um importante aspecto para a solidificação do estado como um país independente (LIMA; SILVA, 2003).

Este trabalho tem por objetivo principal apresentar alguns resultados interessantes do trabalho de Lima e da Silva (2003), entre outros trabalhos, sobre a presença da maçonaria na cunhagem de moedas no Brasil desde a época colonial até o período da República.

A Cunhagem das Moedas nos Cadinhos

Sabe-se que a fabricação e circulação de moedas tornou-se um dos pilares do comércio mundial após a época das grandes navegações. A vinda da família real portuguesa promoveu o desenvolvimento de vários aspectos econômicos no Brasil, entre eles pode-se citar a revogação da lei que proibia a industrialização e a criação do Banco do Brasil (FARIAS, 2008). Para este último passo foi necessário a criação da Casa da Moeda que funcionou nos prédios do Paço Imperial entre os séculos XVIII e XIX, conforme pesquisas arqueológicas realizadas por da Silva e colaboradores (1984), mencionado por Lima e da Silva (2003).

De acordo com as pesquisas arqueológi-

cas mencionadas anteriormente, foram encontrados cadinhos que, conforme descrição dada por Lima e da Silva (2003), *in verbis*:

...são vasos em forma de tronco de cone, com ou sem tampa, feitos de materiais altamente refratários e temperados para resistir a aquecimento extremo, utilizados em fundição de metais, calcinação de substâncias ou em outras operações químicas que exijam um alto grau de calor.

Estes são artefatos, mostrados na Figura 1, utilizados para a cunhagem de moedas desde o século XVIII ao XIX. Entretanto, o que chamou muito a atenção foram as marcas de fabricação nas suas bases, conforme mencionado por Lima e da Silva (2003). Estas marcas mostravam sinais do número 4 e do sinal da cruz, combinadas com algumas iniciais LK, OS e IS.



Figura 1: Cadinhos encontrados em prédios antigos do Paço Imperial, no Rio de Janeiro. (Fonte: LIMA; SILVA, 2003).

É de conhecimento geral que qualquer produto manufaturado pode (e geralmente apresenta) a marca de seu fabricante. Deste modo, Lima e da Silva (2003), realizaram um extensivo estudo para determinar o significado destes sím-

bolos encontrados, mencionados anteriormente. A Figura 2 mostra uma destas marcas encontradas no fundo de um dos cadinhos.



Figura 2: Marca gravada em um cadinho encontrado no Paço Imperial, Rio de Janeiro. (Fonte: LIMA; SILVA, 2003).

O objetivo das pesquisadoras Lima e da Silva (2003) foi, a partir deste momento, encontrar o significado para este símbolo. É interessante salientar aqui é que há uma espécie de dicionário onde pode-se encontrar diversos tipos de marcas, gravuras e outros monogramas utilizados pelo homem em diversos períodos da sua história. Portanto, as pesquisadoras supracitadas consultaram o *Dictionnaire Encyclopédique des Marques et Monogrammes*, de Ris-Paquot, encontrando uma diversidade de símbolos com variações diversas em torno do 4 e que representavam, entre os séculos XV e XVIII, marcas de profissões como fundidores, ourives, talhadores de pedras, pintores, entre outros. Mas, como afirmado pelas pesquisadoras, não encontraram nenhuma menção a fabricantes de cadinhos, o que foi muito estranho.

Um Símbolo Maçônico

Lima e da Silva (2003) notaram na pesquisa no *Dictionnaire* de Ris-Paquot que três dos quatro símbolos com variações em torno do 4 foram mencionados como de origem maçônica, ou seja, atribuídos a talhadores de pedra, ourives, mestres de obras. Inclusive, segundo estas pesquisadoras, até hoje são encontrados tais símbolos em igrejas, catedrais e castelos.

Guénon (1993), mencionado por Lima e da Silva (2003), afirma em sua obra que o símbolo

quaternário tem, como eixo principal, a representação do eixo do mundo. A linha que une o topo da cruz e um dos braços da cruz, formando um triângulo, representa um "olho", o olho que tudo vê, símbolo caro da maçonaria. A Figura 3 faz representação artística desta menção do referido autor.

As iniciais IS no símbolo do 4 foi identificado como o nome de John Siberch, que foi o primeiro impressor de Cambridge, provavelmente utilizado pela primeira vez por volta de 1521 (LIMA; SILVA, 2003). A perduração de uma marca por tanto tempo pode ser atribuído, segundo as pesquisadoras, aos herdeiros inicialmente e, posteriormente, por uma revivescência simbólica. De qualquer maneira, este emblema indica uma origem inglesa para os cadinhos que foram encontrados no Paço Imperial no Rio de Janeiro, o que foi corroborado por documentação histórica destes cadinhos (LIMA; SILVA, 2003).

É interessante mencionar que, de acordo com o *Webster's Revised Unabridged Dictionary*, edição de 1931, citado também por Lima e da Silva (2003), o termo em inglês para cadinho é "crucible". Esta, por sua vez, tem origem na palavra *crucibulum* (latim tardio), segundo as mesmas autoras que, da mesma acepção, derivando de *crux* (cruz).

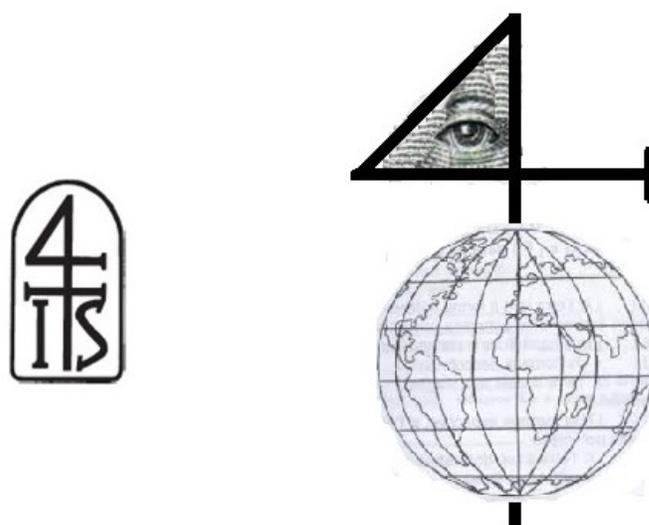


Figura 3: Representação artística da variação do 4, segundo descrição dada por Guénon (1993).

[Fonte: Lima e Silva (2003) e modificações do autor].

Pode-se perguntar por que a palavra *cru-cibulum* veio, posteriormente, significar a palavra cadinho. Segundo o Webster, mencionado por Lima e da Silva (2003), os antigos alquimistas adornavam os cadinhos com uma cruz com a finalidade de proteger suas operações alquimistas de forças negativas. Fato que demonstra grande interesse em estudos místicos da maçonaria.

Estes foram os últimos sinais da maçonaria no dinheiro, ou pelo menos, na cunhagem deste em território brasileiro. Porém, surge uma questão, estas foram as únicas incursões da maçonaria sobre a "economia" brasileira? Pois sabe-se que a maçonaria deve um papel fundamental no progresso do Brasil, principalmente quando este estava deixando Portugal (Lima, 1997). Na seção seguinte será visto que a maçonaria continuou com seu simbolismo no papel moeda do Brasil contemporâneo.

O Plano Real e o Símbolo Maçônico

O modelo atual de nosso papel moeda foi implantado no mandato do presidente Itamar Franco. Nesta época o ministro da economia era o Senador da Republica, Fernando Henrique Cardoso que, posteriormente, tornou-se Presidente da Republica. O nome "Real" foi escolhido por fazer referência à primeira moeda do Brasil, os "Réis", e principalmente por trazer um sentido de realidade, ou seja, uma moeda que demonstra o real valor da unidade.

Um questionamento que poucos brasileiros fazem é, quem é aquele(a) rosto estampado no nosso papel moeda? A Figura 4 mostra este rosto estampado nas notas de 2, 5, 10, 20, 50 e 100 reais.



Figura 4: Notas de reais em circulação no Brasil. Note a presença do rosto da Marianne.

Em toda a cédula do Real há a presença de diversos animais da fauna brasileira, demonstrando a diversidade e riqueza do Brasil. Entretanto, do outro lado da cédula, há a impressão de um rosto bastante tranquilo, com um olhar bastante objetivo de uma mulher (FEITOSA, 2013).

Para esclarecer este assunto é necessário retornar a um período bem anterior, por volta de 1800, a Revolução Francesa. Esta revolução aconteceu entre 05 de maio de 1789 até 09 de novembro de 1799, durante este período muitos fatos históricos ocorreram. É importante salientar que, antes da revolução havia um regime absolutista, onde o rei governava através de um poder supremo fazendo com que 23 milhões de franceses fossem oprimidos e explorados por 400 mil pessoas pertencentes a Nobreza, que detinham privilégios únicos (OLIVEIRA, 2014).

Este período foi bastante forte e doloroso ao povo francês, mas também foi o alicerce de um dos mais fundamentais direitos dos cidadãos do planeta, o famoso lema da "Liberdade, Fraternidade e Igualdade". Este foi e é um dos pilares básicos da maçonaria que, inclusive, há vários estudos ligando este evento como sendo puramente de origem maçônica. Este lema foi o levante contra a elite burguesa dominante na França, provocando a sua guilhotina (sem justificativa devido a sua barbárie, obviamente). Este autor,

particularmente, embora acredite que o lema "Liberdade, fraternidade e igualdade" seja de origem maçônica, ainda não há um registro histórico confiável que corrobore o fato de a maçonaria ter provocado a Revolução Francesa e, sim, esta ter sido fonte de inspiração à maçonaria. De qualquer maneira, este tópico ainda continua sendo um campo profícuo de estudos.

Posteriormente à Revolução Francesa, foi criada a República Francesa, dando autonomia ao povo através de seus direitos e ideais. Além disso, foi extirpada a imagem de uma sociedade paternalista através da criação de uma imagem feminina que, posteriormente, foi denominada de Marianne, a personificação da república, conforme é mostrada na Figura 5. O nome Marianne veio de dois nomes femininos mais comuns na época da revolução francesa, Mary e Anne (FEITOSA, 2013). Esta imagem ficou conhecida como a "Senhora da Liberdade" e, também, como a "Senhora da Maçonaria". Portanto, esta figura feminina, que representava uma ruptura com o antigo regime autocrático chefiado por homens, passou a representar a razão, a nação e, principalmente, as virtudes da república (FEITOSA, 2013).

É importante mencionar também que, quando a França resolveu presentear os EUA em comemoração aos seus 100 anos de declaração de independência, fez isso através da Estátua da Liberdade: uma versão maçônica de Marianne, feita pelo maçom Frederic Auguste (FEITOSA, 2013). Não demorou para que Marianne se tornasse alegoria da República em todo o Ocidente, incluindo, é claro, o Brasil. Se os americanos conseguem ver a Maçonaria na nota de um dólar, através do "Olho que tudo vê", nós brasileiros podemos encontrá-la em todas as nossas notas através dela, Marianne, a Senhora da Liberdade, a Senhora da Maçonaria (FEITOSA, 2013).

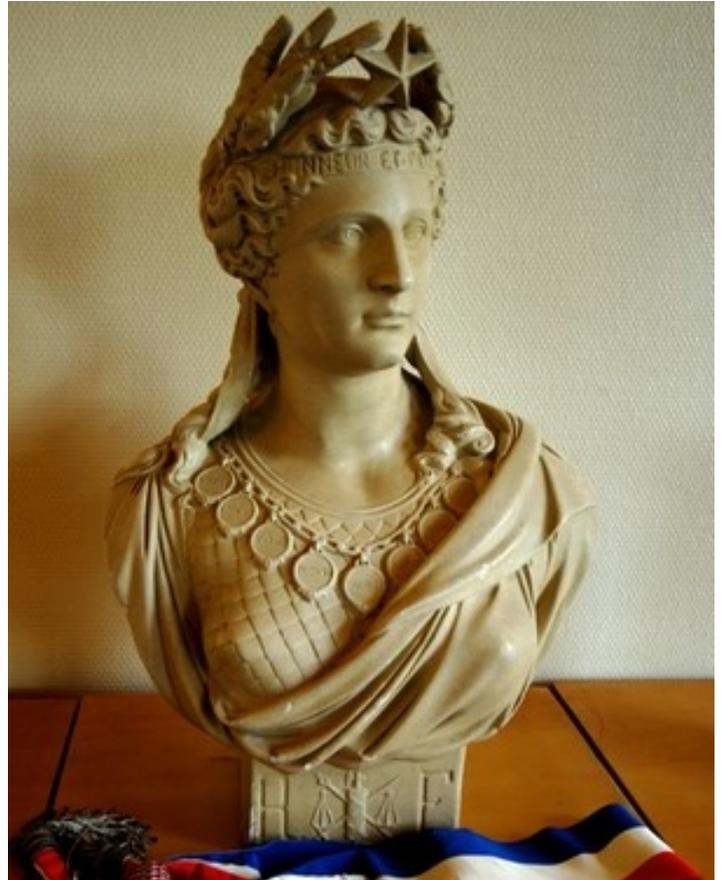


Figura 5: Imagem de Marianne que simboliza a república francesa e o lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Este busto encontra-se na prefeitura de Louvigny, França. (**Fonte:** Website oficial da França).

Conclusão

Através dos achados arqueológicos no antigo Paço Imperial, situado na cidade do Rio de Janeiro, como os cadinhos que eram utilizados para a confecção de moedas no período colonial, permitiu identificar marcas simbólicas no fundo destes. Pesquisas de diversos pesquisadores como Lima e da Silva (2003), levaram a identificar o símbolo, representado por um número 4, como uma marca de talhadores de pedras, ourives e outros artífices semelhantes.

As pesquisadoras concluem seu trabalho afirmando que a simbologia encontrada no fundo dos cadinhos é mesmo de origem maçônica, *in verbis*.

No caso, a intensa utilização do emblema que marca os cadinhos parece expressar uma organização mais ampla que uma corporação de ofício, abrindo diferentes categorias profissionais. As sendas trilhadas na presente investigação nos conduziram à Maçonaria, então em sua florescência máxima.

Histórico e Artístico Nacional, n. 20, p. 158-165, 1984.

OLIVEIRA, E. *A Revolução Francesa*. Notas da 21ª. Aula. Disponível em <http://www.ufv.br/dee/evonir/46021.htm>. Acessado em 2014.

FRANÇA. *Website Oficial*. <http://www.france.fr/pt/instituicoes-e-valores/marianne.html>, consultado em 21 de outubro de 2014.

Além da comprovação histórica da presença da maçonaria na cunhagem das antigas moedas do Brasil na época imperial, como bem descrito e sistematizado estudo das autoras Lima e da Silva (2003), é de grande relevância também que continuou ocorrendo a inserção de símbolos maçônicos no dinheiro do Brasil. Como apontado por Feitosa (2013), o símbolo da Marianne nas notas do real brasileiro comprova a influência política e econômica da maçonaria sobre o Brasil. Entretanto, há ainda lacunas a serem preenchidas sobre este tema, por exemplo, como este emblema francês, posteriormente conhecida como a Senhora da Maçonaria, tornou-se símbolo do papel moeda brasileiro? Quem foram os responsáveis diretos para a inserção deste símbolo no real brasileiro? Estes temas constituem assuntos de pesquisa importantes dentro e fora do tema Maçonaria.

Referências Bibliográficas

FARIAS, J. A. *A Vinda da Família Real ao Brasil*. Recife: Editora Conhecer, 2008.

FEITOSA, F. Marianne, a Senhora Liberdade! *O Malhete – Informativo Maçônico, Ano 5, n. 51*. 2013, p. 5.

GUÉNON, R. *Os Símbolos da Ciência Sagrada*. 9ª. Edição, São Paulo, Editora Pensamento, 1993.

LIMA, O. *O movimento da Independência, 1821-1822*, 6ª. Edição, Top Books, 1997.

LIMA, T. A.; SILVA, M. N. Alquimia, Ocultismo, Maçonaria: o ouro e o simbolismo hermético dos cadinhos (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 8/9, p. 9-54, 2003.

SILVA, R. C. P.; Morley, E.; da Silva, C. E. F. A pesquisa arqueológica: primeiras notas. *Revista do Patrimônio*

TIRADENTES, MAÇOM INICIADO?

(Tiradentes, initiated freemason?)

Marco Antônio de Moraes ¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo oferecer aos maçons e interessados uma análise bibliográfica sobre a suposta filiação maçônica de Tiradentes, considerado mártir da independência do Brasil.

Palavras-chaves: Tiradentes; inconfidência mineira; Maçonaria.

Abstract

This article aims to provide to freemasons and other interested parties a literature review about the alleged Masonic membership by Tiradentes, considered a martyr of the independence of Brazil.

Keywords Tiradentes; "inconfidência mineira"; Freemasonry.

¹ Marco Antônio de Moraes é professor e advogado aposentado. Mestre Instalado, MRA, 33º do REAA, membro das Lojas Maçônicas Atlântida No. 06 e Abrigo do Cedro No. 08, ambas da GLMDF. E-mail: marco.moraes@apis.com.br

Introdução

Logo após a iniciação na Maçonaria, muitos são os que tomam conhecimento das inúmeras Lojas Maçônicas que adotam o nome de Tiradentes como patrono, em suas diferentes formas: "Tiradentes", "Alferes Tiradentes", "Joaquim José da Silva Xavier", dentre outras. De plano, surge a dúvida: são homenagens ao mártir da Independência ou Tiradentes teria sido maçom?

Com certa tristeza temos presenciado uma discussão pouco acadêmica acerca do assunto, mais próxima da paixão rancorosa, a qual, sem dúvida, conduz ao caminho certo para a perpetuação da dúvida. Alguns maçons historiadores, em seus livros e artigos publicados, já se excederam e, não raro, trocaram até ofensas públicas.

Nesse sentido, desenvolvemos o presente artigo, esperando que possa, com o auxílio do Grande Arquiteto do Universo, com base na pesquisa científica, longe de qualquer sectarismo, oferecer aos maçons e interessados a verdade, ou, se esta não for encontrada, que tenhamos contribuído para alargar os horizontes da cultura maçônica.

Breves dados pessoais de Tiradentes

Joaquim José da Silva Xavier nasceu em Minas Gerais, na Fazenda do Pombal, à margem direita do Rio das Mortes, entre a Vila de São José, hoje cidade de Tiradentes, e São João d'El Rey, tendo como pais, o português Domingos da Silva Santos e a brasileira Antônia da Encarnação Xavier, sendo o quarto filho entre seis a sete irmãs.

Foi batizado pelo padre João Gonçalves Chaves, na Capela de São Sebastião do Rio Abaixo, em 12 de novembro de 1746, tendo como padrinho o "Tiradentes" Sebastião Ferreira Leitão. O assentamento do seu batizado foi encontrado pelo historiador Augusto de Lima Júnior (1955), nos livros da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, na Vila de São João d'El Rey, o qual calculou a sua data de nascimento como 16 de agosto de 1746, já que não há notícias de seu registro de

nascimento.

Aos nove anos de idade, ele residia em São João d'El Rey, em casa de parentes, quando sua mãe veio a falecer. Aos 15 anos perdeu seu pai, tendo então retornado a Pombal para trabalhar na lavoura, com o seu padrinho, que também lhe ensinou o então raro ofício de "por e tirar dentes".

Na idade adulta foi mascate em Minas Novas, antes de entrar para a Companhia dos Dragões de Villa Rica, sede da Capitania das Minas Gerais, atual Ouro Preto. Foi então promovido de Comandante de Patrulha a Alferes em março de 1775 e, no ano seguinte, destacado para a 6ª Companhia do recém criado Regimento de Cavalaria Regular de Minas Gerais, sediado em Villa Rica.

Em dezembro de 1781 esteve no Rio de Janeiro, sendo nomeado para o cargo de Comandante do Destacamento do Caminho do Rio, com a finalidade de vigiar a estrada da Mantiqueira, dar proteção aos viajantes e reprimir o contrabando de ouro e diamantes.

O Alferes Xavier, como era conhecido na época, não foi promovido a oficial em face da sua pouca instrução, por manter a atividade de "arrancador de dentes" e ter a "língua solta" e, finalmente, após ter sido destituído do cargo de Comandante do Destacamento do Caminho do Rio, começou a falar mal, abertamente, do governo português.

Em maio de 1786 retirou da casa dos pais a menor Antônia Maria do Espírito Santo, que, em fevereiro de 1787, deu a luz a uma menina. No mês imediato, o Alferes abandona a companhia, que tinha à época 16 anos de idade, e viaja para o Rio de Janeiro, licenciando-se da Tropa, permanecendo lá por um ano, para tentar uma nova sorte, porém, sem êxito.

No ano seguinte, 1788, ainda no Rio de Janeiro, conheceu o engenheiro de minas, José Alvares Maciel Filho, cunhado do capitão-mor de Villa Rica, e Domingos José Barbosa, recém formados em Coimbra, Portugal.

Em agosto do mesmo ano, o Tiradentes retornou para Villa Rica, encontrando o povo em profunda inquietação, pois, em 18 de julho, o Visconde de Barbacena, governador da Capitania das Minas Gerais, anunciara a cobrança, com rigor, do débito da derrama².

Juntou-se, então, ao grupo formado pelas seguintes personalidades da região: tenente coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante do Alferes; José Alvares Maciel Filho; vigário e latifundiário Carlos Correia de Toledo e Mello; Inácio José de Alvarenga Peixoto; padres José da Silva e Oliveira Rolim; cônego Luiz Vieira da Silva; poeta Cláudio Manoel da Costa; e outros militares, fazendeiros e negociantes, que já conspiravam contra a Coroa Portuguesa.

Outras imposições do governo português também traziam grande descontentamento à população: exigência de que todos deveriam trabalhar nas minas de ouro; proibição de instalação de engenhos na região das minas; exclusividade na retirada do sal para poucos comerciantes; fechamento das fábricas de tecido, para que todos fossem obrigados a comprar tecidos fabricados em Portugal; proibição do uso das estradas para o interior, por receio do contrabando de ouro. Tais medidas, aliadas ao anúncio da derrama, trouxeram forte descontentamento junto à classe dominante da região, principalmente os endividados, caso também de Tiradentes.

O clube inicialmente era conhecido como o Arcádia Ultramarina. Segundo Monteiro (1961), o clube foi fundado com a finalidade de sublevar a população a não pagar a derrama, as cômguas³ e o quinto sobre o ouro minerado. Discutia-se, também, a proclamação de um território independente de Portugal.

O lema da bandeira do Clube dos Poetas foi proposto por Cláudio Manoel da Costa, verso de Virgílio: "Libertas Quae Sera Tamem", Liberdade, Ainda que Tardia.

O Coronel Joaquim Silvério dos Reis, que ouvira inconfidências de Tiradentes, denunciou a insurreição que se planejava ao Visconde de Barbacena, que imediatamente suspendeu a derrama, uma vez que o movimento armado iria ter início no dia da cobrança dos impostos atrasados. Deu-se início à devassa da Inconfidência Mineira ou Conjuração Mineira, com a prisão de seus líderes.

Dias antes, Tiradentes, que tinha a incumbência de divulgar o movimento, viajara para o Rio de Janeiro, com a finalidade de angariar fundos para a empreitada, vindo a ser preso no dia 12 de maio de 1789, na rua dos Latoeiros, hoje denominada rua Gonçalves Dias, sem oferecer maior resistência.

Tiradentes não negou sua participação no movimento, denominado de "Inconfidência Mineira". Os demais envolvidos abjuraram e a Rainha Dona Maria I de Portugal, no dia 20 de abril de 1792, comutou as suas penas de morte para o degredo perpétuo, deportando-os para a África. Já os religiosos tiveram processos à parte e, após condenados, foram enviados a Portugal. Enquanto que Cláudio Manoel da Costa, que se defendera em cartas, acusando os companheiros da conspiração, suicidou-se na prisão.

Tiradentes foi enforcado às 11 horas do dia 21 de abril de 1792, três anos após sua prisão. Foi então esquartejado, sendo que a cabeça foi para Villa Rica e os seus membros foram fincados em postes na estrada entre Minas e Rio de Janeiro. A casa dele foi destruída e sobre a terra foi jogado sal.

A suposta iniciação de Tiradentes

A Universidade de Coimbra era o berço das ideias liberais, onde os filhos de brasileiros ilustres, ricos e poderosos estudavam, constando que Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio

² Derrama: imposto criado em 1762 pela Coroa Portuguesa, no montante de 100 arrobas de ouro anual, a ser pago pela população da Capitania das Minas Gerais, com a finalidade de cobrir a queda da produção de ouro. As cotas pessoais eram estipuladas arbitrariamente.

³ Cômgrua: pensão que se pagava aos párocos para a sua sustentação.

Gonzaga e Inácio Alvarenga Peixoto foram iniciados na Maçonaria naquela cidade, enquanto estudantes, embora haja quem afirme que Cláudio Manoel da Costa não era maçom.

Naquela época, o absolutismo e o sistema colonial europeu estavam em crise, os ideais de liberdade e princípios liberais estavam aguçados entre os universitários, em face da recente guerra da independência americana (1776) e a Revolução Francesa (1789). Alguns autores afirmam que José Alvares Maciel Filho também teria sido iniciado na Maçonaria, em Coimbra, com 28 anos de idade, tendo chegado a Villa Rica no segundo semestre de 1788.

No tocante à probabilidade da iniciação de Tiradentes na Maçonaria ou à sua vida de maçom, não existe qualquer registro e, nos sete volumes dos Autos Devassa⁴ da Inconfidência Mineira, publicados pela Biblioteca Nacional (1936), não há qualquer referência à iniciação de Tiradentes ou sua condição de maçom.

Por outro lado, o estudioso maçom José Castellani, em artigos publicados na revista "A Verdade", números 298 e 300, abril e junho de 1992, afirmou que "profanos e principalmente maçons irresponsáveis inventaram, não apenas sobre o Tiradentes, mas de modo geral tudo quanto é fato maçônico".

O autor Joaquim Felício dos Santos (1868), no livro "Memórias do Distrito de Diamantino da Comarca do Serro Frio", afirmou que "os conjurados eram todos iniciados na Maçonaria, introduzida por Tiradentes, quando por aqui passou, vindo da Bahia, para Villa Rica" e mais "quando Tiradentes foi removido da Bahia, trazia instruções secretas da Maçonaria para os patriotas de Minas Gerais".

Marcelo Linhares (1988), no seu livro "A Maçonaria e a Questão Religiosa do Segundo Império", escreveu que "de Tiradentes se diz haver iniciado na Bahia, quando em seus primeiros tempos de vida profissional mascateou no eixo Minas-Bahia". Mas, demonstrando não ter muita

convicção, afirmou que "o certo é que a Maçonaria brasileira dos séculos XVIII e XIX era essencialmente política".

Porém, tais afirmações encontram forte oposição, no fato de que a primeira Loja Maçônica brasileira que se tem registro surgiu em Recife, Pernambuco, apenas em 1796, por iniciativa do botânico Manuel de Arruda Câmara, após chegar da Europa, e denominava-se Areópago de Itambé. Há autores que afirmam que não se tratava de uma Loja Maçônica, mas de outra sociedade secreta, nos moldes da Maçonaria, e integrada por maçons e não maçons.

Tiradentes, como se sabe, morreu no dia 21 de abril de 1792, quando ainda não existia Loja Maçônica regular no Brasil. Tiradentes jamais esteve em Salvador, Bahia, onde há a teoria da primeira Loja Maçônica naquele território, fundada em 14 de julho de 1797, na Barra, a qual denominava-se "Cavaleiros da Luz", fato que também não encontra unanimidade. Também é sabido que não existia estrada para os 1800 quilômetros que separam Salvador de Villa Rica.

Portanto, meu entender é de que Tiradentes não poderia ter sido iniciado na Maçonaria na Bahia enquanto mascateava ao norte de Minas, por volta de 1774, uma vez que esta ainda não existia. A propósito, José Castellani, em "Os Maçons na Independência do Brasil" (1993, p. 20-21), é taxativo ao afirmar:

Muito já se falou e muito já se escreveu sobre a participação maçônica na independência do Brasil.

De confiável, todavia, muito pouco. Como geralmente acontece, quando autores maçons tratam da História, entra em jogo o ufanismo, a parcialidade, a tendência, que os leva a exagerar os feitos maçônicos e as virtudes dos maçons envolvidos, ocultando ou escamoteando os defeitos e dourando a pílula, quando o seu aspecto não é muito recomendável.

⁴ Devassa: sindicância de um ato criminoso. Processo que contém as provas de um ato criminoso.

Isso acabou criando uma História distorcida, inventada e maquiada, que viria a influenciar algumas gerações de maçons, que passaram a repetir balelas, as quais, com tanta repetição, quase chegaram a ter foros de verdade – uma mentira repetida muitas vezes, acaba sendo considerada uma verdade – fazendo com que a historiografia maçônica nacional chegasse a ser motivo de descrédito, de desconsideração e até de chacota, para a comunidade universitária brasileira e para as instituições ligadas à História e que tratam com a seriedade que ela merece e não com o despojamento de certos autores maçons.

Mais adiante (p. 25), foi contundente ao tratar especificamente de Tiradentes:

Existem, todavia, autores, que, aproveitando um período nebuloso e de grande carência de registros históricos, falam da existência de Lojas, principalmente na Bahia, nos meados do século XVIII, o que, por falta de qualquer prova documental, é uma afirmação tão temerária quanto aquela dos que apontam os conjurados mineiros, principalmente o Tiradentes, como Maçons, sem que haja qualquer apoio histórico documental para tal afirmação.

Não se pode negar que há indícios de que maçons se envolveram na Inconfidência Mineira e em outros acontecimentos históricos que se sucederam. Gustavo Barroso (1990), historiador pátrio dos mais afamados, afirmou que “a Maçonaria estava envolvida na Conjuração Mineira”. Ele só não disse como e por quais representantes.

Outro historiador, Pedro Calmon (2002) afirmou que maçons participaram da Inconfidência Mineira, da Independência, da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República. Po-

rém, não citou Tiradentes como maçom.

Já Lima Júnior (1955, p.136-137) afirma que: “Iniciado na Maçonaria, tomava parte nas reuniões desta, no Rio de Janeiro e pregava suas doutrinas onde quer que se encontrasse” e também confirma que “...depois de ouvir minucioso relatório do alferes Joaquim José, que regressara do Rio de Janeiro onde mantivera contatos decisivos com os confrades das Lojas Maçônicas, e que lá dirigiam o movimento da insurreição...”. No entanto, nos idos de 1788/89, não existia Loja Maçônica no Rio de Janeiro, o que torna temerária tal afirmação, sendo que a primeira só veio a ser fundada naquele Oriente em 1801, denominada Loja Maçônica Reunião, filiada ao Grande Oriente de França, segundo o manifesto do Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada, publicado em 1832 (BUCHAUL, 2011).

Ainda, José Castellani, em “Os Maçons da Independência”, relaciona a fundação das primeiras Lojas Maçônicas no Brasil:

Resumindo: os primeiros tempos da Maçonaria brasileira, até a fundação do Gr. O., seguem aproximadamente – já que a época é nebulosa, do ponto de vista documental – a seguinte cronologia dos principais fatos:

1796 – Fundação, em Pernambuco, do “Areópago de Itambé”, que não era uma verdadeira Loja, pois, embora criado sob inspiração maçônica, não era totalmente composto por Maçons;

1801 – Criação, em Niterói, da Loja “União”;

1801 – Instalação da Loja “Reunião”, sucessora da “União”;

1802 – Criação, na Bahia, da Loja “Virtude e Razão”;

1804 – Fundação das Lojas “Constância” e “Filantropia”;

1806 – Fechamento, pela ação do Conde dos Arcos, das Lojas “Constância” e “Filantropia”;

1807 – Criação da Loja “Virtude e Razão Restaurada”, sucessora da Loja

“Virtude e Razão”;

1809 – Fundação, em Pernambuco, da Loja “Regeneração”.

Mário Verçosa (1985), em seu livro “Registros Maçônicos”, acrescenta a Loja “Cavaleiros da Luz”, em Salvador, Barra, como fundada em 1797, filiada ao Grande Oriente de França.

Em 1955, Tenório d’Albuquerque, baseado na afirmação de Canêco Amassado, começou a escrever seguidamente sobre Tiradentes-Maçom, passando a surgirem daí inúmeras Lojas Tiradentes, com a adoção do mártir da Inconfidência Mineira, como mártir maçom-brasileiro. Para se comprovar tal afirmativa, basta levantar em cada Oriente a data de fundação das Lojas Tiradentes.

Para Kurt Prober (1984), Tenório d’Albuquerque criou o que chamou de “Herói Maçom”, denominando de “fábula Tiradentes-Maçom” tudo que se refere a sua vida maçônica. Para alguns, a assinatura de Tiradentes é uma prova da sua condição de maçom. Kurt Prober contradiz, afirmando que a mesma possui cinco pontos: o primeiro está depois da abreviação de Joaquim; o segundo é solto, depois de J, de José; o terceiro está abaixo da letra A, da abreviatura AS, de Silva; o quarto está ao lado de X, de Xer, Xavier abreviado; e o quinto, no fim do nome, como ponto final.

Os três pontos, que acompanham as assinaturas dos maçons, foram utilizados pela primeira vez num documento maçônico, no Grande Oriente de França, em 1774 (RAGON, 2006). No Brasil, somente após 1815 e, com certeza, em 1822.

José Carlos Gentil (19--), atual Presidente da Academia de Letras de Brasília, ao publicar um opúsculo intitulado “Tiradentes e a Maçonaria”, apresenta-se como um ferrenho defensor da tese de que Tiradentes era um maçom iniciado, chegando ao despropósito de afirmar: “Ora, pretender negar que Tiradentes tenha sido Maçom constitui-se pelo menos numa irracionalidade, porquanto as evidências traduzem o contrário”.

Naturalmente, Gentil deixou-se levar pelo entusiasmo, ao taxar de irracionais aqueles que não se contentam com as evidências que esposa, já que usa a expressão evidência como uma certeza. A verdade, principalmente a verdade que busca a Maçonaria, vai mais além. Se há dúvida, desaparece a certeza, de verdade ou de falsidade. Afinal, temos uma longa escada a galgar. Evidências por evidências, de verdade ou de falsidade, as contrárias à tese Tiradentes-Maçom são mais consistentes e mais racionais, contradizendo o modo de entender o último autor referido.

Considerações Finais

Essa indagação, se Tiradentes era maçom iniciado, permanecerá ad eternum, enquanto a própria Maçonaria, como instituição, não tomar a iniciativa de buscar a resposta, o que tem sido feito até hoje, exclusivamente, por maçons estudiosos e preocupados com a história da Maçonaria brasileira.

Sugere-se a designação, pelos órgãos maçônicos competentes, de um grupo de trabalho, constituído por historiadores, maçons e profanos, para num prazo compatível com a importância e a complexidade do tema, buscar e oferecer a verdade que todos nós almejamos. Ou, quem sabe, instituir-se um prêmio relevante dentro de um concurso aberto a professores e pesquisadores de todos o país, abordando-se a questão. Só a análise de fatos históricos, ainda que de difícil catalogação, será capaz de trazer a verdade ou dela se aproximar.

Referências Bibliográficas

- ARÃO, Manoel de Oliveira Campos. *História da Maçonaria no Brasil*. Vol. 1. Recife, 1926.
- BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil*, Volume 1. Porto Alegre: Editora Revisão, 1990.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. 7 Volumes. Rio da Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936.
- BUCHAUL, Ricardo B. *Gênese da Maçonaria no Brasil*. São José dos Campos: Clube de Autores, 2011.

CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2002.

CASTELLANI, José. *Os Maçons na Independência do Brasil*. Londrina: A Trolha, 1993.

CASTELLANI, José. *Revista A Verdade*. No. 298, São Paulo: Abril, 1992.

CASTELLANI, José. *Revista A Verdade*. No. 300, São Paulo: Junho, 1992.

D'ALBUQUERQUE, Tenório. *A Maçonaria e a Grandeza do Brasil*. São Paulo: Aurora, 1955.

DOS SANTOS, Joaquim Felício. *Memórias do Distrito de Diamantino da Comarca de Serro Frio*. Rio de Janeiro : Typ. Americana, 1868.

GENTIL, José Carlos. *Tiradentes e a Maçonaria*. Brasília: editado pelo autor, 19--.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História da Inconfidência de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

LINHARES, Marcelo. *A Maçonaria e a Questão Religiosa do Segundo Império*. Coleção Ruy Santos. Brasília: Senado Federal, 1998.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

MONTEIRO, Clóvis. *Esboços de história literária*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

POMBO, Rocha. *História do Brasil*. Volume 3. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1964.

PROBER, Kurt. *Catálogo dos Selos dos Maçons Brasileiros*. Rio de Janeiro: editado pelo autor, 1984.

RAGON, Jean Marie. *Ortodoxia Maçônica: A Maçonaria Oculta e a Iniciação Hermética*. São Paulo: Madras, 2006.

VERÇOSA, Mário. *Registros Maçônicos*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1985.

A COLONIZAÇÃO MAÇÔNICA INGLESA: Na contramão dos princípios maçônicos

(THE ENGLISH COLONIZATION: Contrary to the masonic principles)

Kenny Ismail ¹

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo compreender o impulso que a expansão do Império Britânico promoveu à colonização maçônica inglesa nos cinco continentes, por meio da criação de Grandes Lojas Distritais da Grande Loja Unida da Inglaterra em cada território ocupado. É feita uma breve descrição do histórico de domínio britânico no território em que está localizada cada Grande Loja Distrital, de forma a compreendermos as razões que levaram à sua existência. Dentre todos os casos, verifica-se apenas uma incongruência: o Brasil.

Palavras-chaves: Império Britânico; Maçonaria Inglesa; Maçonaria Brasileira.

Abstract

This study aims to understand the impulse that the expansion of the British Empire promoted to the English Masonic Colonization on the five continents, through the creation of District Grand Lodges of the United Grand Lodge of England in each occupied territory. A brief description of British dominion history is made in the territory of its location each District Grand Lodges in order to understand the reasons which led to its existence. Among all cases, there is only one mismatch: Brazil.

Keywords: British Empire; English Freemasonry; Brazilian Freemasonry.

¹ Kenny Ismail é bacharel em Administração pela UnB, com MBA em Gestão de Marketing pela ESAMC e Mestrado Acadêmico em Administração pela EBAPE-FGV. Atua como Professor Titular do IESGO. Mestre Instalado, MRA, SEM, KT e KTP na Maçonaria, é membro da Loja Maçônica "Flor de Lótus" n. 38 da GLMDF. E-mail: kennyoismail@gmail.com

1. Introdução

A pesquisadora Jessica Harland-Jacobs (2007) relata que, enquanto em muitos países a Maçonaria se mostrou uma instituição cosmopolita e inclusiva, a Grande Loja Unida da Inglaterra optou por seguir um caminho diverso, tornando-se essencialmente imperialista, branca, protestante e de classe média/média-alta. Em suas próprias palavras, os maçons ingleses “tiveram que negociar uma disjunção entre sua ideologia universalista... e suas funções e pressupostos como imperialistas”.

Jessica teve razões para chegar a essa conclusão. No artigo de Andrew Prescott (2007), por exemplo, vê-se que, logo após a fusão das duas Grandes Lojas inglesas, surgindo então a Grande Loja Unida da Inglaterra, iniciou-se um movimento, capitaneado por Robert Crucefix, para restringir na Inglaterra o ingresso à Maçonaria apenas para cristãos - não católicos, obviamente - além da promoção de um elitismo, taxando maçons escoceses e irlandeses como “mendigos maçônicos”. Prescott ainda registra fatos relacionados às primeiras Lojas Maçônicas inglesas em colônias como a Índia, e o preconceito que reinava nessas Lojas acerca dos nativos das colônias, suas religiões e classe social. Um dos fortes indícios apontados por Prescott para confirmar a tendência religiosa da Maçonaria inglesa são as melodias de origem cristã dos hinos adotados no Ritual de Emulação e em vários outros rituais ingleses.

Sobre a relação do Império Britânico e a Maçonaria, a Enciclopédia Britânica (2014) chega a creditar a disseminação da Ordem Maçônica à expansão do Império. Considerando que 2/3 dos maçons do mundo estão nos Estados Unidos, inicialmente uma colônia inglesa, isso não deixa de ser verdade.

No início do Século XX, o Império Britânico dominava ¼ da população e do território do planeta (MADDISON, 2001). Entretanto, hoje possui de fato apenas quatorze territórios ultramarinos fora do Reino Unido, tendo todos os demais domínios, protetorados, colônias e territórios sob seu domínio decretado independência. Partindo

da premissa de estrita relação entre a “colonização britânica” e sua “colonização maçônica”, o presente estudo tem por objetivo verificar o atual status dessa última.

2. A Maçonaria Inglesa fora da Inglaterra

A seguir, apresenta-se um levantamento de todas as Grandes Lojas Distritais subordinadas à Grande Loja Unida da Inglaterra (UGLE, 2014). São, ao todo, 33 (trinta e três) Grandes Lojas Distritais sem soberania maçônica, localizadas na Europa, Ásia, Oceania, Américas e, principalmente, na África.

É feita uma breve descrição do histórico de domínio britânico no território em que está localizada cada Grande Loja Distrital, de forma a compreendermos as razões que levaram à sua existência. Dentre todos os casos, verifica-se apenas uma incongruência: o Brasil.

2.1. Europa

2.1.1. Grande Loja Distrital de Chipre

Chipre é uma ilha do mar mediterrâneo, próxima à Turquia, Síria, Líbano e Grécia. Foi colônia britânica de 1878 até sua independência, em 1960. Ainda possui território ultramarino britânico (VARNAVA, 2009).

2.1.2. Grande Loja Distrital de Gibraltar

Gibraltar é uma pequena península no sul da Península Ibérica. É território ultramarino britânico desde 1713 (CONN, 1943).

2.2. Ásia

2.2.1. Grandes Lojas Distritais de Bengala, Bombaim, Madras e Norte da Índia

Essas quatro Grandes Lojas Distritais estão localizadas em quatro importantes regiões da Índia, que foi colônia britânica a partir do Século XIX, até 1947 (TOMLINSON, 1975).

2.2.2. Grande Loja Distrital do Arquipélago Oriental

Localizada na Malásia. Muitos dos Estados da Malásia eram colônias britânicas do Século XVIII até a segunda metade do Século XX (POWELL, 2002).

2.2.3. Grande Loja Distrital de Hong Kong

Hong Kong tornou-se colônia britânica após a 1ª Guerra do Ópio, no Século XIX, até 1997, quando a China reassumiu essa Cidade-Estado (BOYLE, 1997).

2.2.4. Grande Loja Distrital do Paquistão

O Paquistão esteve sob domínio britânico entre 1947 e 1956 (GANGULY, 2001).

2.2.5. Grande Loja Distrital de Sri Lanka

Sri Lanka, ilha ao sul da Índia, foi colônia britânica de 1796 a 1931 (SILVA, 1981).

2.3. África

2.3.1. Grande Loja Distrital da África Oriental

Localizada no Quênia, colônia britânica de 1885 até 1963 (GERTZEL, 1970).

2.3.2. Grande Loja Distrital de Gana

Gana, país da África Ocidental, foi colônia britânica entre 1874 e 1957 (AUSTIN, 2007).

2.3.3. Grandes Lojas Distritais de Kwazulu-Natal, do Estado Livre de Orange, da Divisão Central da África do Sul, da Divisão Oriental da África do Sul, da Divisão Ocidental da África do Sul, e do Norte da África do Sul

São seis Grandes Lojas Distritais em diferentes regiões da África do Sul. A África do Sul foi colônia britânica de 1843 até 1961 (WORDEN,

2012).

2.3.4. Grande Loja Distrital de Namíbia

A Namíbia foi uma província da União Sul-Africana a partir de 1918, a qual era um domínio britânico desde 1910, até 1961. A África do Sul declarou independência do Império Britânico em 1961, mas permaneceu colonizando a Namíbia por mais cinco anos, quando a mesma conquistou sua independência (MARSHALL, 1996).

2.3.5. Grande Loja Distrital da Nigéria

A Nigéria, localizada na África Ocidental, foi colônia britânica do final do Século XIX até 1960, quando se tornou independente (GALLAGHER, 1982).

2.3.6. Grande Loja Distrital de Serra Leoa e Gâmbia

Serra Leoa foi protetorado britânico a partir de 1808 até 1971. Gâmbia foi colônia britânica de 1857 a 1965 (MARSHALL, 1996).

2.3.7. Grande Loja Distrital de Zâmbia

Zâmbia está localizada na África Austral. Colônia britânica a partir de 1888 até 1963 (HYAM, 2010).

2.3.8. Grande Loja Distrital de Zimbabwe e Malawi

O Zimbabwe tornou-se colônia britânica em 1888, declarando independência em 1965. Malawi também esteve sob domínio britânico, de 1891 a 1964 (MARSHALL, 1996).

2.4. Oceania

2.4.1. Grandes Lojas Distritais da Ilha do Norte e da Ilha do Sul – Nova Zelândia

A Nova Zelândia foi colônia britânica a

partir de 1841. Em 1947, passou a ser um reino da Comunidade Britânica, tendo a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado (GALLAGHER, 1982).

2.5. Américas

2.5.1. Grande Loja Distrital de Bahamas e Ilhas Turcas

Bahamas e Ilhas Turcas foram colônias britânicas a partir de 1718. Bahamas é internamente independente, mas ainda está sob a tutela da Inglaterra, tendo a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado. As Ilhas Turcas são território ultramarino britânico (OLSON, SHADLE, 1996).

2.5.2. Grande Loja Distrital de Barbados e Caribe Oriental

Barbados tornou-se colônia britânica ainda em 1624, alcançando sua independência em 1966, mas mantendo-se membro da Comunidade Britânica (ARMITAGE, 2000).

2.5.3. Grande Loja Distrital de Bermuda

Bermuda é território ultramarino britânico desde 1609 até atualmente (Ibidem).

2.5.4. Grande Loja Distrital de Guiana

Anteriormente conhecida como Guiana Inglesa, foi cedida pela Holanda à Inglaterra em 1814. Tornou-se independente em 1966, mas permanece como membro da Comunidade Britânica (MARSHALL, 1996).

2.5.5. Grande Loja Distrital da Jamaica e Ilhas Cayman

A Jamaica tornou-se domínio britânico em 1655, alcançando independência em 1962, mas ainda compoendo a Comunidade Britânica e tendo a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado. As Ilhas Cayman ainda são um território britânico

ultramarino (GALLAGHER, 1982).

2.5.6. Grande Loja Distrital de Trinidad e Tobago

Trinidad e Tobago foram cedidas à Inglaterra em 1802, alcançando sua independência em 1962 (MARSHALL, 1996).

2.5.7. Grande Loja Distrital da Divisão Sul da América do Sul

Sede na Argentina. A Inglaterra domina as Ilhas Malvinas desde 1833 e venceu a Argentina pela disputa desse território num conflito conhecido como Guerra das Malvinas, em 1982. As Ilhas Malvinas são consideradas território britânico ultramarino (BECK, 1988).

2.5.8. Grande Loja Distrital da Divisão Norte da América do Sul

Localizada no Brasil, único país com uma Grande Loja Distrital da Grande Loja Unida da Inglaterra que nunca foi colônia britânica e que nunca teve ou tem em seu território um território britânico ultramarino.

3. Brasil: única exceção

Para compreender essa anomalia maçônica ocorrida no Brasil, faz-se necessário recorrer à obra de Peter Swanson (1928), intitulada "A História da Maçonaria Simbólica 'Craft' no Brasil. Ressalta-se que tal obra foi à época sancionada pelo Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Em suas páginas, há a menção de que a Loja "Eureka", trabalhando no Ritual de Emulação, apresentou em 1902 ao Grande Oriente do Brasil o que o autor chama de "diferenças", pois acreditavam "que não poderiam reconciliar os seus princípios com certas disposições estabelecidas pela Constituição" (SAWNSON, 1928, p.10).

Em seguida, o autor esclarece quais seriam essas "diferenças", esses "princípios" irreconciliá-

veis, ao relatar episódio ocorrido em 1909 (p. 10):

Mas a tese que causou um alarme muito sério para os Irmãos de fala inglesa foi a proposta (do GOB) de que “o momento histórico atual exige a simplificação dos rituais, através do que o princípio da mais ampla tolerância dominará no interior de todos os templos, abraçando o âmago da Maçonaria, deístas e **ateus**, sectários de quaisquer religiões e livres pensadores”. Tal era a situação naquela época e muitos Irmãos acharam que era impossível continuar sob o Grande Oriente, nas circunstâncias (GRIFO NOSSO).

Os maçons ingleses, temerosos por essas iniciativas maçônicas do Grande Oriente do Brasil, que afrontavam os princípios de regularidade da Maçonaria inglesa, enviaram várias correspondências suplicando a atenção da Grande Loja Unida da Inglaterra para o problema que enfrentavam. O receio maior, conforme o autor, era o de serem considerados irregulares em sua própria terra natal. A reação da Grande Loja Unida da Inglaterra foi por meio de correspondência de seu então Grande Secretário, E. Letchworth, ao Grande Oriente do Brasil, em 1912. Correspondência essa que consta como anexo da obra (pp. 38-40):

Foi representado, à Grande Loja Unida da Inglaterra que assuntos britânicos que pertencem a diversas fraternidades Maçônicas no Brasil e na Argentina, encontram-se em considerável dificuldade em termos de consciência, vendo que os princípios e objetivos da Maçonaria praticada na América do Sul diferem muito daqueles observados neste país. Estes Irmãos estão, é claro, **ansiosos para serem recebidos como Maçons quando retornarem à sua terra natal e existem sérios obstáculos para eles serem reconhecidos como tal**, em vista de sua associação

presumida com propaganda antagônica aos seus corpos religiosos e com simpatia por movimentos políticos.

Deve ser, naturalmente, do vosso conhecimento que os princípios vitais e fundamentais da Maçonaria inglesa, impedem os membros do Craft neste país e em todo o Império Britânico, de se engajarem, como Maçons, em controvérsias religiosas ou políticas, de maneira que eles são, naturalmente, **avessos a associação com aqueles que se acredita que usam a Maçonaria para essa finalidade.** (...)

Nestas circunstâncias, o Venerabilíssimo Grão-Mestre da Grande Loja Unida da Inglaterra decidiu enviar uma representação de eminentes Irmãos para averiguar *in loco* dentro das circunstâncias reais do caso e relatar à Grande Loja (GRIFOS NOSSOS).

O resultado dessa missão inglesa ao Grande Oriente do Brasil foi a criação do *Grand Council of Craft Masonry in Brazil*, um embrião do que viria a se tornar a Grande Loja Distrital, proposta inglesa inicial que havia sido devidamente rejeitada pelo então Grão-Mestre, Lauro Sodré.

Posteriormente, a Diretoria de Assuntos Gerais do gabinete do Grão-Mestre da Grande Loja Unida da Inglaterra envia um relatório da referida missão no Brasil, a ser lido na Comunicação Trimestral daquela Grande Loja, em 1813 (pp.11-21):

Por alguns anos, foram feitas representações ao Muito Venerável Grão-mestre a respeito de que os Maçons Ingleses residentes no Brasil encontravam dificuldades de reconciliar a sua associação com os Maçons daquele país, com estrita adesão aos princípios dos Maçons Ingleses, sendo estes de **reconhecimento do G. A.D.U. e a abstenção, nas Lojas, de controvérsias religiosas ou políticas.** (...)

Profundamente impressionado com a

importância dessas representações e convencido de que nada, a não ser a negociação pessoal, poderia obter um acordo satisfatório, o M. V. Grão-Mestre decidiu, com o consentimento da Diretoria, a quem essa intimação fora cortesmente comunicada, adotar a **conduta incomum de mandar uma Missão ao Brasil.** (...)

O Grão-Mestre considera que a Missão se desincumbiu da sua missão com habilidade e sucesso, altamente creditáveis a eles próprios e amplamente satisfatório para ele. Descobriu-se que **seria impossível obter o consentimento do Grande Oriente para o estabelecimento da jurisdição direta da Grande Loja da Inglaterra no território do Brasil**, mas um acordo foi concluído, o qual, na opinião do Grão Mestre, asseguraria, efetivamente, a independência para as Lojas no Brasil compostas de britânicos e garantiria a regularidade dos seus trabalhos, em conformidade com os princípios da Maçonaria inglesa. Mais do que isso, descobriu-se ser não somente impraticável, mas impossível e a Diretoria à qual o Venerabilíssimo Grão Mestre atentamente comunicou a correspondência concernente à Missão, recebe com prazer a garantia de que o acordo é aceitável e satisfatório (GRIFOS NOSSOS).

As razões que motivaram os maçons ingleses no Grande Oriente do Brasil a recorrerem à Grande Loja Unida da Inglaterra ficaram explícitas no relatório: a supressão da menção ao Grande Arquiteto do Universo e a discussão de questões políticas e religiosas. A Grande Loja Unida da Inglaterra agiu rapidamente, enviando uma comitiva ao Brasil para negociar a fundação de uma Grande Loja Distrital da Grande Loja Unida da Inglaterra em território brasileiro. A proposta foi, acertadamente, rejeitada pelo Grande Oriente do Brasil, de forma tão enfática que a comitiva relatou que "seria impossível obter o consentimento do Grande Oriente para o estabelecimen-

to da jurisdição direta da Grande Loja da Inglaterra no território do Brasil".

No entanto, em 1935, um tratado de reconhecimento mútuo foi assinado entre a Grande Loja Unida da Inglaterra e o Grande Oriente do Brasil, e as dez Lojas que compunham o *Grand Council of Craft Masonry in Brazil* foram desligadas do Grande Oriente do Brasil e passaram a pertencer à recém-fundada Grande Loja Distrital, recebendo registros na Grande Loja Unida da Inglaterra (GENZ, 2013). Ou seja, o que antes era impossível aconteceu, e a Grande Loja Unida da Inglaterra alcançou seu intuito inicial, fazendo valer os esforços daquela comitiva de 1912.

A justificativa mais aceitável para essa mudança drástica de postura do Grande Oriente do Brasil, de "nunca" para "só se for agora", foi a transformação do cenário maçônico nacional. Em 1935, já havia dez Grandes Lojas Estaduais brasileiras, somando muitos reconhecimentos internacionais, principalmente nos Estados Unidos. Portanto, aquela soberania maçônica territorial, que anteriormente tornava a proposta inglesa totalmente inaceitável, agora estava ameaçada. Assim, os termos ingleses pareciam naquele momento tanto quanto toleráveis em contrapartida ao que estava sendo oferecido: exclusividade de reconhecimento, a qual durou mais de meio século.

4. Considerações Finais

É fato que o Império Britânico alcançou plena expansão no Século XIX, levando consigo sua cultura e tradições às colônias, entre elas, sua Maçonaria elitista, composta por homens brancos de ternos pretos. Entretanto, apesar do declínio do império no Século XX, acentuado após a 2ª Guerra Mundial, a Grande Loja Unida da Inglaterra conseguiu manter sua colonização maçônica nos principais territórios que um dia estiveram sob domínio britânico.

Como pôde ser visto, a disparidade ocorre no Brasil, único país sem qualquer histórico de autoridade britânica em seu território, mas que permitiu a presença de uma Grande Loja Distrital

da Grande Loja Unida da Inglaterra em sua jurisdição a partir de 1935, por força de um tratado entre o Grande Oriente do Brasil e a Grande Loja inglesa. É, assim, o único país com uma Grande Loja Distrital que não é uma ex-colônia e não tem em sua costa um território britânico ultramarino. E as razões e motivos que levaram a isso foram explicitados no capítulo anterior.

Até mesmo algumas colônias britânicas que alcançaram sua independência já “nacionalizaram” sua Maçonaria, extinguindo uma ou mais Grandes Lojas Distritais de seus territórios. Essa é a tendência a ser observada nas demais localidades durante o Século XXI, e espera-se que no Brasil não seja diferente, com a incorporação das Lojas que compõem a Grande Loja Distrital da Divisão Norte da América do Sul a uma Obediência brasileira, de preferência o próprio Grande Oriente do Brasil, que permitiu seu surgimento.

Ora, todo maçom já ouviu falar que a Maçonaria é universal, sem preconceitos de fronteiras e raças. Sendo assim, não há qualquer necessidade de um maçom, seja qual for sua nacionalidade, se submeter à organização maçônica de sua terra natal enquanto vive em uma nação que possui suas próprias organizações maçônicas. As Obediências brasileiras estão repletas de estrangeiros em suas Lojas. Com os ingleses não deveria ser diferente.

Importante registrar que, quando essa incorporação ocorrer, isso nada acarretará ao reconhecimento da Grande Loja Unida da Inglaterra a Obediências brasileiras (reconhecimento esse, diga-se de passagem, tão superestimado no meio maçônico nacional), visto não ocasionar em qualquer irregularidade que justifique um rompimento. Trata-se não apenas de um futuro ato de soberania maçônica, tão explícita na literatura da antiga fraternidade, num território que simplesmente nunca esteve sob o cetro da Coroa Britânica. Trata-se, principalmente, de honrar o trabalho e vida maçônica de maçons patriotas como Lauro Sodré, que há mais de 100 anos fizeram o que era certo e disseram não à Inglaterra e sim ao Brasil.

5. Referências Bibliográficas

- ARMITAGE, D. *The Ideological Origins of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- AUSTIN, G. Labour and land in Ghana, 1874-1939: a shifting ratio and an institutional revolution. *Australian economic history review*, 47 (1), 2007, p. 95-120.
- BECK, Peter J. *The Falkland Islands as an international problem*. London, U.K. : Routledge, 1988.
- BOYLE, J. Imperialism and the English Language in Hong Kong. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, Vol. 18, No. 3, 1997, p. 169-181.
- CONN, S. Gibraltar in British Diplomacy in the Eighteenth Century. *Herbert Rosinski Social Research*, Vol. 10, No. 2, 1943, p. 259-261.
- ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. *Maçonaria*. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/218618/Freemasonry>. Acesso em: 20/08/2014.
- GALLAGHER, J. *The Decline, Revival and Fall of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- GANGULY, S. *Conflict Undending: India-Pakistan tensions since 1947*. New Delhi, India: Oxford University Press, 2001.
- GENZ, P. V. *A Maçonaria Inglesa no Brasil*. São Paulo: Madras, 2013.
- GERTZEL, C. *The Politics of Independent Kenya: 1963-8*. London: Heinemann, 1970.
- HARLAND-JACOBS, Jessica. *Builders of Empire: Freemasonry and British Imperialism: 1717-1927*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2007.
- HYAM, R. *Understanding the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- MADDISON, A. *The World Economy: A Millennial Perspective*. Paris: OECD Publications, 2001.
- MARSHALL, P. J. (Ed.). *The Cambridge Illustrated History of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- OLSON, J. S.; SHADLE, R. *Historical Dictionary of the British Empire*. Westport: Greenwood Press, 1996.
- POWELL, R. Language Planning and the British Empire: Comparing Pakistan, Malaysia and Kenya. *Current issues in language planning*, Vol.3, No.3, 2002, p. 205-279.

PRESCOTT, Andrew. *A History of British Freemasonry: 1425-2000*. Sheffield: Centre for Research into Freemasonry and Fraternalism, 2007.

SILVA, K. M. *A History of Sri Lanka*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1981.

SWANSON, P. *A História da Maçonaria Simbólica 'Craft' no Brasil*. Rio de Janeiro: Comp.Litho Ferreira Pinto, 1928.

TOMLINSON, B. R. *India and the British Empire, 1880-1935*. *Indian Economic & Social History Review*, Vol. 12, 1975, p. 337-380.

UGLE – United Grand Lodge of England. *Districts & Groups*. Disponível em: <http://www.ugle.org.uk/about/districts-groups>. Acesso em: 20/08/2014.

VARNAVA, A. *British Imperialism in Cyprus, 1878-1915: the Inconsequential Possession*. Manchester: Manchester University Press, 2009.

WORDEN, N. *The making of modern South Africa: conquest, apartheid, democracy*. 5th ed. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons Ltd, 2012.

A MISSÃO PERMANENTE DA MAÇONARIA: Um sacerdócio maçônico

(THE PERMANENT MISSION OF FREEMASONRY: A masonic priesthood)

Rubi Rodrigues ¹

Resumo

O resgate da missão permanente da Maçonaria a qualifica como instituição a serviço da humanidade e a inscreve como representante atual de uma tradição milenar de Escolas de Mistério. A Maçonaria do século XXI está sendo beneficiada por conquistas culturais que lhe facultam levar a cabo o sonho acalentado pelos grandes iniciados de todos os tempos: disponibilizar um método racional capaz de libertar a mente humana da caverna platônica das ilusões. Obtém-se esse resultado, articulando as "doutrinas não escritas" de Platão, as conquistas culturais da modernidade e o saber esotérico cultivado na Maçonaria. Aqui, tentamos justificar essa tese.

Palavras-chaves: Missão da Maçonaria; Segredo maçônico; Palavra perdida; Doutrina não escrita.

Abstract

The rescue of permanent mission of Freemasonry qualifies it as an institution in the service of humanity and falls as the current representative of an ancient Mystery Schools tradition. It has been benefited by historical achievements that indicate the pursuit of the cherished dream of great initiates at all times: provide a rational method capable of freeing the human mind in the Platonic cave of illusions. You get this result articulating the doctrines not written on Plato, cultural achievements of modernity and the esoteric know cultivated in Freemasonry. Here, we try to justify this thesis.

Keywords: Freemasonry mission; masonic secret; Lost word; not written doctrines.

¹ Rubi Rodrigues é economista e escritor, pesquisador em Metafísica e Teoria do Conhecimento. Na Maçonaria é Mestre Maçom, 33º grau do Rito Escocês Antigo e Aceito e Membro da Academia Maçônica de Letras do Distrito Federal. Coordenador do projeto Segundas Filosóficas – www.segundasfilosoficas.org. E-mail: rubi Rodrigues@gmail.com

Introdução

No mundo maçônico, uma notícia comemorada nos últimos anos diz respeito ao advento de estudos acadêmicos sobre a Maçonaria desenvolvidos por estudantes regulares do ensino superior, em diferentes universidades da Europa e das Américas (CASTELLANI; CARVALHO, 2009). A novidade foi festejada no meio maçônico em razão de ampliar o cuidado metodológico dos estudos da história maçônica, tradicionalmente conduzidos por maçons independentes que, em alguma medida, pecavam justamente quanto ao rigor metodológico das pesquisas.²

Esse aporte do formalismo acadêmico, embora promissor, também desperta cuidados, tendo em vista as dificuldades que se antepõem a um não iniciado para compreender os arcanos que suportam a doutrina da Ordem e lhe definem o espírito. Não se trata meramente de compreender as razões e as motivações formais da Maçonaria, mas também de saber ler a linguagem simbólica e metafórica dos rituais, tão distante da linguagem conceitual cultivada na Academia e cujo domínio requer tempo e muita reflexão recursiva. E, mesmo assim, depois de o pesquisador ter adquirido familiaridade com os símbolos, volta e meia, surpreende-se com insuspeitos significados que sempre estiveram ali, diante dos olhos, sem serem notados.

De outro lado, a própria comunidade dos maçons, em constante renovação (Ibid., p. 517), encontra dificuldades equivalentes para interpretar e entender tanto a instituição e seus propósitos quanto a doutrina e seus desafios. A proliferação de potências e de ritos constitui evidência eloquente de dificuldades interpretativas e perdas de foco cuja acomodação se fez ao custo da

unidade da Ordem. Além disso, o saudosismo recorrente sobre feitos políticos do passado (Ibid., p. 511), e as constantes reclamações e críticas dirigidas às lideranças sobre a passividade da Ordem, diante das mazelas políticas e sociais do momento, também revelam visões tencionadas, predominantemente, por olhares de curto prazo, por circunstâncias que mudam constantemente e que, certamente, não possuem escopo para justificar uma instituição secular como a Maçonaria e, muito menos, para contemplar a tradição milenar que lhe fornece os alicerces.

Compreende-se naturalmente que essa diversidade de visões constitui preço da ampla liberdade de pensar, intencionalmente cultivada (GOB, 2001), como ambiente propício tanto à geração de novos conceitos como ao resgate de significados simbolicamente preservados. Entretanto, em se tratando de um projeto que perpassa os séculos e o próprio milênio, é evidente que nenhum estudioso, seja maçom ou acadêmico, poderá contemplar adequadamente a Maçonaria, desprovido de consistente compreensão sobre as suas razões e motivações secularmente preservadas. Da mesma forma que o labor científico especializado, voltado para um aspecto particular da realidade, não pode ser realizado sem que o cientista tenha em mente as leis gerais da natureza, também a competente contemplação e compreensão da Ordem maçônica requerem a consideração de suas razões essenciais e de suas motivações permanentes.

A par dessas razões eminentemente maçônicas, cumpre destacar o novo alento que os estudos metafísicos têm recebido no meio acadêmico, em decorrência de tese oriunda das escolas de Tübingen e de Milão (SZLEZÁK, 2009)³,

² Convém não estender a crítica para além de autores independentes, em consideração a publicações maçônicas particularmente ciosas dos requisitos técnicos formais recomendados, como, por exemplo, a centenária *Ars Quatuor Coronatorum*, da Loja de Pesquisas Quatuor Coronati, da Inglaterra; a *Fundación Serge Raynaud de la Ferrière*, da Caracas; a FinP, da Loja Maçônica de Estudos e Pesquisas Rio de Janeiro, entre outras.

³ A expressão Escolas de Tübingen e de Milão vem sendo usada para indicar a associação acadêmica dos dois polos universitários em torno da proposição e da defesa da tese de que Platão reteve intencionalmente o seu saber mais relevante e deixou de registrá-lo textualmente nos Diálogos, embora tenha tratado dele na oralidade e se valido dele em toda a extensão de sua obra. A demonstração desse fato, a partir dos próprios textos de Platão, implica que a compreensão adequada da obra platônica requer a consideração de essa "doutrina não escrita" e a sua consideração revela uma perspectiva platônica francamente metafísica, configurando uma interpretação diversa da que predominou no século XX.

evidenciada em trabalhos filológicos (Ibidem) e historiográficos (REALE, 2004) de grande consistência, segundo os quais se impõe considerar as lições que Platão reservou e tratou exclusivamente na oralidade – identificadas sob o título de “doutrinas não escritas” – para se entender devidamente a sua obra. A força com que essa nova perspectiva vem-se impondo, inclusive no Brasil (PERINE, 2011)⁴, prenuncia uma retomada ou um novo ímpeto nos estudos acadêmicos de metafísica, fato que abre preciosa oportunidade de diálogo entre a Academia e a Maçonaria, dado que esta, apesar de valer-se de linguagem simbólica, nunca se afastou da perspectiva metafísica.

Em face dessas circunstâncias, objetiva-se, com o presente trabalho, primeiramente, lançar alguma luz sobre os arcanos que são determinantes do seu espírito e indicativos da sua missão de longo prazo, na expectativa de melhor instrumentalizar o ensino maçônico e de contribuir para que estudiosos, maçons e leigos, possam, nas suas análises, levar em conta o que a Ordem possui de mais valioso e essencial. Secundariamente, objetiva-se postular uma estrutural afinidade entre doutrina maçônica e estudos metafísicos, com base em legados de Platão, cuja doutrina não escrita adquire significados esclarecedores quando contemplada por olhos iniciados, configurando contribuição conceitual importante para todos e, em particular, para os estudos da obra de Platão orientados pelas mencionadas “doutrinas não escritas”.

Para atingir esses objetivos, contextualiza-se, em largos traços, uma tradição de Escolas de Mistério cultivadora de um conhecimento esotérico, cuja orientação ontológica encontrou terreno fértil no espírito grego clássico, empenhado em superar a cultura mitológica – mediante a busca de fundamentos da natureza que pudessem ser suportados pela razão. Esse movimento alcança seu ápice na Academia Antiga que, sintomaticamente, mantém a tradição de um conheci-

mento esotérico distinto do saber liberado para todos, configurando um fato apenas marginalmente contemplado nos estudos modernos da obra de Platão e que, agora, ganha relevância em razão dos novos rumos que se oferecem para tais estudos. Uma vez detectada a presença dessa tradição esotérica no berço da filosofia ocidental, ausculta-se a doutrina maçônica a fim de identificar os seus motivos, constata-se que Platão comungava de preocupações semelhantes, tendo-se dedicado intensamente à questão – particularmente no mito da caverna e no desafio que coloca ao verdadeiro filósofo. Na sequência, a fim de avaliar a extensão dessa confluência, examina-se a teoria das ideias de Platão, identificam-se limites do modo platônico de ver o mundo e constata-se que a superação de tais limites depende da sua “doutrina não escrita” ou do que Aristóteles vai designar de “teoria dos princípios” de Platão. Finalmente, aportam-se conceitos conquistados na modernidade e, com isso, logra-se alcançar, em alguma medida, os objetivos formais deste trabalho, que apenas abre uma picada no meio da floresta, indicando um percurso promissor que, virtualmente, poderá vir a recepcionar uma civilizadora autoestrada pavimentada de intenso tráfego, mas cuja consecução certamente requer árduos esforços complementares de pesquisa.

Desenvolvimento

A Maçonaria inscreve-se em uma tradição de Escolas de Mistério de orientação filosófica, cujas raízes são encontradas na mitologia egípcia.⁵ Mas, em se tratando da civilização ocidental, isso não constitui prerrogativa da Maçonaria, uma vez que a religião e a filosofia do ocidente também possuem o mesmo nascedouro. Está demonstrada a origem egípcia das concepções básicas de Pitágoras e de Platão (JÁMBLICO, 1997) que inauguram o pensamento filosófico ocidental bem como a influência egípcia na formação

⁴ Esta pequena resenha indica os brasileiros envolvidos com a perspectiva, destacando-se, entre outros, os professores Marcelo Perine, de São Paulo, e Denys Garcia Xavier, de Uberlândia. Hoje, valeria acrescentar, no mínimo, Maria Celeste de Sousa, de Fortaleza; Edrisi Fernandes, de Natal; e Cícero Cunha Bezerra, de Sergipe.

⁵ Carece de fontes. Opinião do autor.

do povo hebreu e na própria composição de certos relatos bíblicos, inclusive na concepção de um Deus único (GADALLA, 2003), de sorte que convém levar em conta que, embora a mitologia operasse uma linguagem simbólica e metafórica, ensejou tanto derivações religiosas de cunho místico quanto derivações filosóficas de caráter racional. Esse fato, por si só, já evidencia que os relatos mitológicos precisam ser levados a sério e que, apesar de a sua origem ser desconhecida, a riqueza e a densidade de seus conteúdos denunciam a genialidade e a sabedoria dos seus criadores, o que também revela que a história oficial da humanidade está omitindo parte da verdade ou, no mínimo, apresenta instigante lacuna. De qualquer modo, parece perfeitamente interpretável que a mitologia egípcia representou construção pedagógica de cultura superior, visando a impregnar certos valores em uma cultura incipiente, incapaz de preservá-los como tradição racional (CAMPBELL, 1989). De certa maneira, solução similar foi adotada pelos criadores da Maçonaria especulativa, no século XVIII⁶, quando os rituais foram concebidos. Estes registram simbolicamente certos conhecimentos que tendiam a desaparecer ou serem esquecidos, em meio a uma cultura que, inexoravelmente, voltava-se para a materialidade e para a valorização de uma ciência excludente de tais saberes, porquanto confinada ao âmbito do espaço tridimensional.

Aliás, a preservação e o cultivo de conhecimentos julgados essenciais, em contextos culturais hostis, parecem representar motivação base de boa parte das confrarias e Escolas de Mistério de que se têm notícias. Essas iniciativas, que se reproduzem no tempo a partir dos templos do Egito Imperial, passando pela Grécia Clássica an-

tes de assumir as formas Rosa Cruz e Maçônica modernas, precisam ser consideradas seriamente, tal como se requer da mitologia. Tais iniciativas, em boa parte das ocasiões, sobreviveram à revelia do poder político estabelecido, significando que impunham aos seus membros algum grau de risco (PORFÍRIO, 1987).⁷ A adoção de um discurso exotérico distinto do conhecimento esotérico praticado na intimidade evidencia cuidados que eram tomados. Na contrapartida, isso torna também evidente que havia convicção, perspectiva de longo prazo e dedicação à causa da cultura humana, de sorte que, quando a Academia, agora, passa a estudar cientificamente a Maçonaria, demonstra que não se pode apreciar simplesmente um fenômeno social dotado de tal persistência e que convém apreciá-lo com formalismo científico.

Em face do acima exposto, entende-se pertinente procurar, no âmbito dos rituais maçônicos, as razões e as motivações permanentes da Ordem. Nesses rituais, a condição de maçom pleno é obtida com a conquista do grau de Mestre, que é conferido em uma cerimônia ritualística própria: a Cerimônia de Exaltação⁸ (GOB, 2009). Ora, se essa cerimônia confere ao obreiro a plenitude maçônica, parece justo supor que os projetistas dos rituais tenham definido, nessa ocasião, tanto o papel do Mestre como os propósitos da Ordem, uma vez que aquele somente pode ser estabelecido à luz destes.

Além de fixar, na Cerimônia de Exaltação, o ponto de partida desta investigação, cumpre considerar que se está contemplando conteúdos simbolicamente registrados, dado ser essa a linguagem do ritual que, conforme já vimos, no caso da mitologia, admite derivação tanto no senti-

⁶ A partir de lendas e manuscritos antigos ("Old Charges": Boloni/1248; Regius/1390, Cooke/1410 etc.), descreve-se o nascimento da Maçonaria Especulativa como sendo a descendente direta da Guilda de Ofício, da Maçonaria Operativa, que permitiu a entrada de não operativos em suas Lojas. Foram novos membros que acabariam por dominar a instituição, não apenas em número, mas também na sua administração, transformando a Maçonaria Operativa em Maçonaria Especulativa, a partir de 1717.

⁷ As circunstâncias da destruição da escola de Pitágoras constituem um exemplo bastante claro. O assassinato de Hepátia e o fim da Escola Neoplatônica de Alexandria, mil anos depois, constituem outro exemplo efusivo.

⁸ Exaltação: termo utilizado pelos ritos da Maçonaria Latina ao se referir à concessão do terceiro e último grau da Maçonaria Simbólica. Nos ritos de origem anglo-saxônica, o termo usual é "Elevação".

do místico-religioso quanto no sentido filosófico-racional. Obviamente, o presente estudo requer que se siga esta última linha, no sentido da racionalidade, por ser ela que possibilita não apenas a identificação do papel do Mestre, mas também a identificação da missão da Ordem. Curiosamente, como se verá, essa passagem do simbólico para o conceitual demonstrará o caráter essencialmente filosófico da Maçonaria e, para ser mais preciso, o caráter metafísico da Maçonaria (RODRIGUES, 2012). Ora, sabe-se que, na modernidade, a Filosofia abandonou a linha metafísica, assumiu um caráter subjetivista, converteu-se em Teoria do Conhecimento, realizou estudos de lógica, configurou uma Filosofia da Linguagem e chegou, com Heidegger, a afirmar que Metafísica só seria possível à margem da racionalidade (MORA, 1978; MOLINARO, 2004). Somente nas últimas décadas, a percepção das "doutrinas não escritas" de Platão traz novo alento aos estudos metafísicos e promete recolocar a Filosofia no seu leito original. Observe-se que a doutrina maçônica manteve-se fiel à perspectiva metafísica e que o desvio da Filosofia por caminhos outros comprova o acerto dos criadores da Ordem tanto no diagnóstico da situação como na solução de preservação adotada, o que indica, de modo bastante efusivo, que a Maçonaria constitui um projeto comprometido com a cultura humana e que os estudos acadêmicos que estão surgindo merecem efetivamente ser festejados.

O que nos diz a Cerimônia de Exaltação

Embalado pelo título Cerimônia de Exaltação e pela perspectiva de atingir a plenitude maçônica, o candidato encaminha-se para uma festa, mas, ao entrar no templo, surpreso, constata que ocorre ali uma cerimônia fúnebre. O que estão em curso são exéquias e manifestações de pesar em razão da morte não de um obreiro comum, mas de uma figura da maior importância para a Maçonaria. No decorrer da cerimônia, o candidato fica sabendo que o morto é o Mestre Hiram, o arquiteto que conduzia a construção do templo. O templo está inacabado, e Hiram, além de ser um irmão muito respeitado, era ainda o

único que sabia o que precisava ser feito para completar a obra, daí o grau de consternação reinante. Lá pelas tantas, o candidato é convidado a representar o próprio Mestre Hiram na cerimônia, sendo colocado deitado no esquife, instado a ficar em silêncio e acompanhar o que se passa à sua volta. No final do relato da lenda, o Venerável Mestre que conduz a cerimônia, ajudado pelas demais luzes da Loja, agarra o candidato com firmeza e o coloca em pé, onde vai receber o tríplice abraço de boas-vindas ao seio da comunidade de Mestres Maçons.

O significado disso consta dos rituais: Hiram morto significa o espírito preso na matéria (SUPREMO..., 2005a), e o Templo em construção é a cidadela inexpugnável da razão (SUPREMO..., 2005b). O candidato deitado no esquife representa o espírito preso na matéria, não qualquer espírito, mas o do próprio candidato. O Venerável Mestre representa, na ocasião, a Maçonaria, e o seu gesto de levantar o candidato representa um ato de ressurreição. O morto ressuscita. E veja-se que não se trata de uma ressurreição qualquer, mas da libertação de um espírito da matéria, o que, embora não constitua rigorosamente uma ressurreição, constitui certamente um despertar, no qual o espírito de um mestre abre olhos. Ocorre, porém, que a construção do Templo da Razão ou da mente, em todo o seu esplendor, tanto quanto a libertação do espírito da caverna das ilusões, potencializando os estágios superiores de lucidez e discernimento que a natureza faculta à espécie humana, não pode ser realizada por outro, de fora para dentro, mas apenas pelo ser que possui acesso à razão. Apenas cada um, individualmente, pelo seu próprio esforço e empenho, pode libertar a sua própria mente. Não há a mínima possibilidade de fazê-lo de modo distinto. Portanto, o que a Cerimônia de Exaltação informa-nos é que a Maçonaria constitui um projeto de libertação (SUPREMO..., 2005a), de libertação do espírito ou da mente humana, para as suas melhores potencialidades e que o desafio do Mestre Maçom consiste, primeiramente, em realizar essa libertação em si mesmo: realizar a sua própria libertação.

A necessidade de passar do simbólico para o racional

A compreensão da missão da Ordem e do desafio do Mestre inscreve a Maçonaria na condição de promotora do processo civilizatório e de instituição a serviço da humanidade, nos mesmos moldes de outras instituições existentes, tais como escolas, universidades, igrejas, institutos de pesquisa e tantas outras. O objetivo específico, porém, de libertar o espírito das ilusões que o enganam e potencializar a competência cognitiva superior preconizada no projeto humano implica projeto de domínio pleno do ato de pensar, de modo a torná-lo um ato metódico, plenamente formalizado (RODRIGUES, 1999). Ora, saber pensar metodicamente exige um método formal de pensar, e pretender ensinar isso para seus adeptos pressupõe uma instituição que detenha e domine esse conhecimento. Isso diferencia a missão da Maçonaria e a torna uma instituição única no mundo, de vez que, pelo que se sabe, em nenhuma universidade, encontra-se uma disciplina com a pretensão de ensinar a pensar metodicamente. No máximo, encontram-se, em diferentes cursos, estratégias de desenvolvimento de capacidade interpretativa ou, então, estratégias de desenvolvimento de habilidades lógicas e metodológicas gerais.

Impõe-se perceber que libertar o espírito da matéria constitui um projeto ambicioso, caso, efetivamente, vise ao amadurecimento intelectual da espécie e a habilitação do homem para uma compreensão totalizante do universo, da natureza e de si mesmo. Algo claramente diferente e que não se confunde com as formações científicas especializadas de toda ordem que, hoje, são propiciadas nas faculdades e universidades do mundo profano; algo que deveria instrumentalizar todo homem que tenha a pretensão de desenvolver ciência sobre o universo, pois, caso a sua visão de mundo esteja equivocada, o resultado de sua ciência fica comprometido.

A questão é que a especificação conceitual e científica desse método libertador do pensar não consta dos rituais da Maçonaria, embora ele esteja simbolicamente indicado com grande des-

taque (RODRIGUES, 2009). A especificação formal desse método não consta dos rituais, não por deficiências na sua elaboração, mas porque, até a presente data, não apenas a Maçonaria, mas todas as Escolas de Mistério do mundo não conseguiram produzir uma descrição formal e científica dele. Certos estudos revelaram que quem mais se esforçou para conseguir essa descrição foi Platão, tomando por base uma solução precária legada por Pitágoras (SZLEZÁK, 2008). Apesar do seu esforço, ele não logrou resolver o problema, embora tenha aportado decisiva contribuição para solucioná-lo, como ainda veremos. Na ocasião, Platão enfrentou dificuldades intransponíveis, representadas pela inexistência de certos recursos conceituais que a humanidade somente desenvolveu na modernidade. Platão e Pitágoras foram os primeiros grandes iniciados que se esforçaram para converter uma convicção, simbólica e metaforicamente descrita, em uma descrição formal, racional e, logicamente, suportada. Esse conhecimento tinha sido recolhido por Pitágoras no seio da mitologia egípcia (PORFÍRIO, 1987; JÁMBLICO, 1997; SCHURÉ, 2011) e, embora fosse absolutamente convincente, tinha apenas descrições simbólicas, possivelmente não muito diferentes daquelas usadas pela Maçonaria de hoje. Isso podia ser suficiente no âmbito de uma confraria unida pela lealdade e pelo desejo de compreender, mas era nitidamente insuficiente para conquistar mentes extramuros e ganhar universalidade.

Atualmente, a situação da Maçonaria não é diferente. Os obreiros estão todos convencidos da necessidade, da utilidade e da conveniência de libertar o espírito da matéria. Apenas não sabem como fazer isso racionalmente. Já se viu que não basta derivar para a religião e o misticismo e apelar para a fé. Esse caminho tem sido tentado pelas religiões. A solução almejada implica derivação para a racionalidade e a razão. A demanda é de elementos conceituais, solidamente amparados pela lógica, que se revelem convincentes e possam ser testados em procedimentos confiáveis, tais como aqueles preconizados pelo método científico. Portanto, impõe-se transitar do

simbólico para o conceitual sob o amparo da racionalidade. Capitaliza-se, para tanto, os esforços, no mesmo sentido, desenvolvidos por Platão e, depois, acrescenta-se o que a modernidade ensina.

A teoria das ideias e a razão áurea de Platão

Platão percebeu que os sentidos orgânicos de percepção que instrumentalizam os homens são especializados. O ouvido ouve sons; o olho vê formas e cores; o tato sente texturas, temperaturas e formas; o gosto percebe sabores; o olfato percebe odores; e a mente compreende. Percebeu, também, ser impossível para o ouvido ver, para o olfato sentir sabor, para o olho compreender etc., sendo apenas possível a cada sentido realizar a percepção de sua própria especialidade, a percepção para a qual o sentido está habilitado. Nesse contexto, percebeu, ainda, que os homens confundiam e não distinguiam, adequadamente, os objetos de percepção do olho e da mente. Os homens acreditavam pensar o que viam, o que contrariava a especialização dos sentidos. Se o olho via o objeto, as cores e a forma da matéria, a mente pensava o que do objeto?

Platão soluciona essa questão com a sua teoria das ideias, segundo a qual a mente entende e tem acesso à inteligência organizativa que constitui a essência modeladora dos objetos. Essa essência ou inteligência organizativa ele designou de ideias ou formas. Essas ideias ou formas determinam a compleição dos objetos e constituem a essência constitutiva deles, conferindo-lhes propriedades que são identificadas como atributos. Em lugar de ideias e formas, prefere-se usar a expressão inteligência organizativa para designar essa essencialidade constituinte, uma vez que, modernamente, sabe-se que os objetos não resultam da junção aleatória de componentes, mas da articulação inteligente de certos e determinados componentes, capazes de se integrar em uma totalidade estável que resultará dotada de propriedades específicas. Nessa perspectiva, Platão encontra uma maneira simples de diferenciar os objetos de percepção da mente

dos objetos de percepção do olho: “Os objetos são visíveis, mas não inteligíveis, ao passo que as ideias são inteligíveis, mas não visíveis” (PLATÃO, 2012).

Essa frase sintetiza de forma simples e clara a percepção que suporta a teoria das ideias de Platão: há um mundo inteligível distinto do mundo visível que, ordinariamente, prende a atenção dos homens. Esse mundo inteligível configura uma realidade essencial situada mais além do mundo visível imediato e se compõe de ideias ou inteligência organizativa que cumpre papel determinante da compleição e da forma desse mundo visível. Essa separação entre a instância visível e a instância inteligível proporciona a Platão um poderoso e revolucionário modo de ver o mundo que, juntamente com a sua dialética, explica o poder de sedução e a magnitude da sua obra. Pode-se esquematizar esse modo de ver o mundo da seguinte forma:

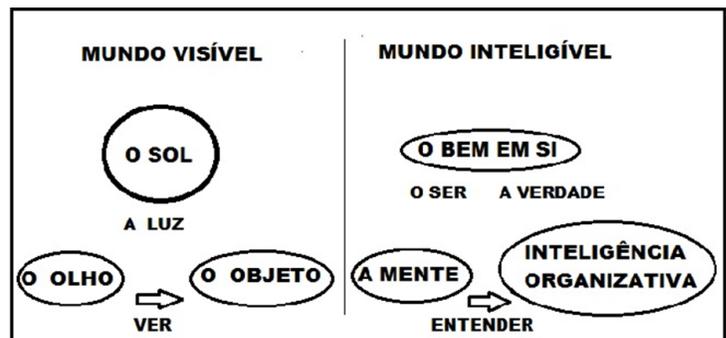


Figura 1: Modo platônico de ver o mundo.

Fonte: Platão (2012)

Essa figura foi extraída de texto que antecede a apresentação do mito da caverna por Platão, no diálogo A República (Ibidem), em que o personagem Sócrates é desafiado a falar do bem em si que, na teoria das ideias, ocupa a posição de fonte a partir da qual as ideias emanam. Em outros textos, essa fonte primordial é também designada de o belo em si e também de o uno. Esse uno, em Platão, expressa a simplicidade absoluta e indivisível que antecede ao próprio número e à própria unidade quantitativa, sendo assim considerada a origem primeira do cosmos

(REALE, 2004). Sócrates recusa-se a falar do bem em si – que está justamente no cerne do que, hoje, está sendo designado de “doutrinas não escritas” de Platão –, mas se dispõe a falar do filho do bem em si, o qual afirma ser muito semelhante ao pai que o gerou e que resulta ser o Sol. Essa semelhança é afirmada por ele em uma frase em que estabelece verdadeira relação áurea, ligando o mundo inteligível ao mundo visível, que exerce função estrutural semelhante à da famosa proporção áurea (1,168) que os gregos também identificaram e que, além de estar sempre presente na natureza, foi usada no Parthenon e também está ou deveria estar presente no retângulo básico que formata os templos maçônicos. Essa razão áurea pode ser expressa nos seguintes termos: “O Sol está para o mundo visível assim como o bem em si está para o mundo inteligível” (PLATÃO, 2012, 508c).

Sócrates explica aos seus ouvintes, mais ou menos, nos seguintes termos: no mundo visível, o olho vê porque possui a propriedade de ver, e o objeto e as cores são vistos porque possuem a propriedade de se mostrarem (Ibid., 507c a 509c). Nada disso pode ocorrer na ausência de luz e, no nosso planeta, a fonte da luz é o Sol. Quando começa a escurecer, a visão também vai-se perdendo, até que, em plena escuridão, o olho não consegue ver mais nada. Quando amanhece, o processo se inverte, as visões vão ficando cada vez mais claras, até que, à plena luz do Sol, tudo torna-se nítido outra vez. Ocorre, porém, afirma Sócrates, que o Sol não apenas fornece a luz que possibilita a visão, mas também é a fonte geradora tanto do olho como do objeto visto. Atualmente, na modernidade, não se tem mais dúvida disso. O Sol é a fonte criadora não apenas da luz, mas igualmente de todos os planetas do Sistema Solar e também os mantém em órbitas estáveis, o que possibilitou o surgimento da água e de toda a vida presente na Terra e, ainda, moldou todos os sentidos de percepção dos animais e, evidentemente, também tornou os olhos capacitados para ver. Além disso, continua fornecendo a energia que sustenta toda a vida. O mesmo processo ocorre no mundo inteligível,

afirma, ainda, Sócrates. O bem em si não apenas gera a mente e a inteligência organizativa ou ideias que moldam os objetos, mas também fornece a “iluminação” que permite à mente entender essa inteligência organizativa. A diferença é que, em lugar de luz, o bem em si fornece o ser e a verdade que são os elementos com os quais esse entendimento torna-se possível. Pode-se, então, também dizer que a luz está para o ato de ver, assim como o ser e a verdade estão para o ato de entender.

Sobre o mundo visível descrito por Platão, não restam dúvidas. A ciência moderna sanciona, em termos próprios, todas as explicações dadas. Sobre o mundo inteligível, cabem algumas explicações. A presença do ser, na mente, constitui um fato que apenas cada um pode constatar ao examinar os seus próprios pensamentos. Ao pensar, percebe-se nitidamente que, na raiz de nossos pensamentos, encontra-se o ser que somos e que constitui o operador inteligente que pensa. A presença da inteligência organizativa nos fenômenos, também, não oferece dificuldades. É evidente que um computador resulta da confecção e reunião de peças projetadas pelo homem e registradas, inicialmente, de forma escrita, em documentos/projetos. As peças que integram o computador foram construídas a partir de especificações contidas nesses projetos, e a montagem do computador deu-se em obediência à inteligência organizativa que os engenheiros registraram no projeto. À medida que a montagem realizava-se, essa inteligência organizativa foi sendo incorporada à máquina em construção e, no final, o computador tornou-se uma unidade funcional determinada por essa inteligência organizativa (RODRIGUES; RODRIGUES, 2012), a qual Platão chamaria de a ideia ou a forma do computador.

De outro lado, o bem em si é o uno, o princípio criador, o Deus das religiões e o princípio necessário da metafísica. Na Maçonaria, corresponde ao Grande Arquiteto do Universo que é aceito, aprioristicamente, como princípio (GOB, 2001), de sorte que a demonstração de sua existência, embora possível (SANTOS, 2001), fica aqui

dispensada. Resta, então, falar sobre a verdade que tanto imprime inteligência às ideias quanto permite à mente entender essa inteligência organizativa. O conceito de verdade de Platão está ligado ao conceito de beleza grego e, conseqüentemente, ao conceito de bem em si e belo em si. O grego entende que nem mesmo Deus poderia criar o mundo de qualquer maneira, pois tinha de obedecer às matemáticas (ARISTÓTELES, 2006), posto ser essa a única maneira da criação configurar um cosmos e não um caos. Ou seja, para os gregos, as leis da forma, do movimento e da quantidade, que correspondem em linhas gerais às ciências hoje designadas de Geometria, Lógica e Matemática, constituíam estruturas inescapáveis da existência, de modo que a criação somente pode ocorrer em âmbito de possibilidades demarcado por essas leis. Nesses termos, tanto a construção da mente e de sua faculdade de pensar como a construção da inteligência organizativa e sua faculdade de ser pensada resultam frutos do ser e da verdade (PLATÃO, 2012, 508e e 509^a). Conseqüentemente, o ato de entender implica reconhecimento da verdade por parte do ser, isto é, a verdade presente no ser encontra correspondência na verdade presente na inteligência organizativa do objeto e, assim, torna-se compreensão e conhecimento.

Platão ainda esclarece que o ser surge do bem em si ou do uno por transbordamento (Ibid., 508b/c), querendo, com isso, dizer que o ser não se origina do bem em si em virtude de um movimento deste, posto que o bem em si, desde Pitágoras, é concebido como ilimitado (REALE, 2004)⁹ e, portanto, necessariamente estático, já que qualquer movimento implica determinação e limitação. Hoje, seria mais adequado dizer que o ser emana do bem em si por transcendência, uma vez que o movimento transcendental encontra-se formalizado (SAMPAIO, 2001)¹⁰ e explica como um fenômeno pode surgir e

desaparecer de um dado plano existencial, fato que constitui ocorrência comum na natureza. Caso o leitor possa reunir um átomo de oxigênio com dois átomos de hidrogênio em condições adequadas, terá criado uma molécula de água que, antes, não existia no plano existencial das moléculas e, fazendo o inverso, fará essa molécula desaparecer da existência. Designar esse movimento de transcendência revela-se perfeitamente adequado, porque a molécula de água apresenta propriedades que não estão presentes nos seus átomos constitutivos, de sorte que a molécula de água constitui uma totalidade que se situa para além da mera soma das partes. Portanto, a ideia básica de surgimento de algo, no âmbito da existência, por transcendência, afigura-se pertinente, razoável e adequada.

Assim, constatam-se perfeitamente justificados todos os elementos usados por Platão para caracterizar e distinguir, na realidade, um mundo visível de um mundo inteligível. Apesar disso, o modelo de mundo inteligível de Platão não está fechado e completo, faltando um elemento-chave para dar-lhe consistência interna. Platão tinha plena consciência dessa carência, embora não tenha conseguido supri-la. Esse elemento faltante constitui justamente o núcleo central das chamadas “doutrinas não escritas” de Platão, assunto do qual apenas tratou na oralidade. Observe-se que o projeto de computador acima mencionado contempla a inteligência organizativa que faz daquela máquina um computador dotado de certas propriedades e de certas funcionalidades, mas não contempla a inteligência criativa que os engenheiros utilizaram para criar o projeto, isto é, não contempla o conhecimento usado pelos engenheiros para projetar a inteligência organizativa do computador. Da mesma forma, em se tratando da natureza, uma árvore constitui um fenômeno bem determinado por certa inteligência organizativa. Essa inteli-

⁹ “Filolau, exprimindo e levando a cabo uma concepção que já devia pertencer ao primeiro pitagorismo, senão ao próprio Pitágoras, fala-nos expressamente do ilimitado (ou indeterminado ou infinito) e do limite (ou limitante ou determinante) como de princípios primeiros e supremos de todas as coisas”.

¹⁰ Sampaio propôs um sistema de cinco lógicas que definem cinco modos de pensar e, assim, contesta a limitação do conceito de lógica à lógica clássica do terceiro excluído de Aristóteles.

gência organizativa da árvore é muito mais sofisticada do que aquela do computador, tanto assim que possui a propriedade de reproduzir-se. Entretanto, por mais sofisticada que essa inteligência organizativa seja, não contempla o conhecimento demandado para a criação da primeira árvore. Portanto, está faltando, no esquema de mundo inteligível retratado na figura, a indicação de uma inteligência criativa capaz de explicar como é que o ser emanado do uno, contando apenas com o apoio da verdade, consegue criar as inteligências organizativas que moldam os fenômenos existentes. Pode-se também formular essa pergunta nos seguintes termos: como é que o ser que transcende do uno consegue criar fenômenos na existência, contando apenas com as leis naturais¹¹ da Lógica, da Geometria e da Matemática?

A razão de todas as Escolas de Mistério

Conseguir uma descrição formal, racional e lógica dessa inteligência criativa foi o sonho acalentado pelos mestres maiores de quase todas as Escolas de Mistério¹², e perceber o seu potencial enquanto ferramenta referencial ampliadora do discernimento humano, a fonte motivadora da sua construção. Ao que tudo indica, no Egito Imperial, a percepção disponível dessa inteligência criativa, ao menos em algumas épocas, foi suficiente para gerar uma tecnologia avançada que possibilitou as obras faraônicas conhecidas. Pitágoras recolheu esse conhecimento em expressão simbólica e tentou traduzi-lo e formalizá-lo em termos matemáticos próprios da cultura grega. O resultado foi a famosa *dédaca* sa-

grada, expressa na equação $1 + 2 + 3 + 4 = 10$, que constituía o cerne da doutrina pitagórica e, sobre a qual, os iniciados da escola místico-filosófica, criada por Pitágoras, juravam fidelidade à Ordem e lealdade aos demais irmãos (SANTOS, 2002; MARTÍN, 2009). Embora essa equação constituísse um avanço sobre uma descrição meramente simbólica e expressasse o sentido geral do modelo criativo usado pela natureza na geração dos fenômenos, representava uma formalização precária e problemática, tanto assim que esses números foram definidos como números ideais (KLEIN, 1992; ARISTÓTELES, 2006) distintos dos números quantitativos. Esses números ideais não podiam ser operados uns contra os outros, tal como na matemática ordinária, mas cada um inaugurava uma série quantitativa distinta que não se misturava com as demais. Essa descrição pitagórica da inteligência criativa foi a que Platão recebeu e não conseguiu formalizar de modo mais preciso e racional. Por esse motivo, não escreveu a respeito e tratou do assunto exclusivamente na oralidade. Supõe-se que isso se dava no âmbito privativo de uma Escola de Mistério de orientação pitagórica, que Platão operava na residência que tinha construído no jardim de Academos, onde funcionava a Academia. Nesta, tratava-se de todos os assuntos contidos nos diálogos, no entanto, quando a conversa exigia tratar da inteligência criativa, que, em termos platônicos, seria designada de forma das formas, ele desconversava e transferia para outra ocasião, a qual, supõe-se, ocorria na sua residência, para convidados criteriosamente selecionados, dentre os quais, curiosamente, ao que tudo indica, não constava Aristóteles.¹³

¹¹ Leis naturais, aqui, referem-se ao que é estrutural e inescapável à métrica do mundo relativo. O chavão científico de que a matemática foi a linguagem utilizada por Deus, na construção do universo, repousa em constatações e estudos que remontam aos pitagóricos.

¹² Referimo-nos, naturalmente, às escolas de orientação filosófica.

¹³ Temos adotado a hipótese de Platão ter operado uma Escola de Mistério, no âmbito da Academia, como local privativo para a discussão de temas reservados para a oralidade, visando a acomodar certa incoerência histórica centrada no fato de Aristóteles não ter encontrado sustentação para a teoria das ideias, apesar do seu empenho e até de sua fixação na questão, indelevelmente registrados na Metafísica. A preterição de um aluno como Aristóteles na direção da Academia em favor de Speusipo, quando Platão morre, tanto quanto a necessidade de compensar a falta da oralidade do mestre ausente, configuram circunstâncias cujo esclarecimento, pensamos, pode ajudar a contextualizar e compreender o ensino que Platão reservava à oralidade. De qualquer forma, a questão exige pesquisa mais detida e a hipótese – que não é decisiva para o que aqui se defende – ainda merece ser tomada com cautela.

Possivelmente, as descrições que Platão podia apresentar a respeito dessa inteligência criativa consistiam de menções simbólicas, de algum modo, relacionadas à *dédaca* sagrada em contextos que exigiam a presença de um princípio criador. Provavelmente, a liturgia praticada nessa escola, em virtude da sua orientação pitagórica, derivava fortemente da mitologia egípcia que, em pontos relevantes, confrontava a mitologia grega. Dado que um ambiente de confraria afastava o risco de denúncia por "heresia", tal como experimentado por Sócrates, justifica-se, em parte, tratar dessas questões apenas na intimidade. As razões fundamentais eram, porém, segundo entendemos, de ordem técnica. Faltavam conhecimentos e conceitos necessários para viabilizar a formalização desse modelo criativo, tanto assim que Platão chegou a denominá-lo de *díada* do grande e do pequeno, expressão que menos indicava o que ele era, indicava mais o seu alcance universal: respondia pela existência de todos os fenômenos, independentemente do tamanho e da complexidade. Apesar dessa carência, o modo platônico de ver o mundo sintetizado na figura apresentada imprimia, nos espíritos, a certeza de que deveria existir solução. Depois de Platão, os esforços de compreensão persistem e caracterizam o movimento filosófico do Neoplatonismo; acomodam-se durante a Idade Média, virtualmente porque a Igreja Católica mantém a perspectiva como Verbo, "que era no princípio"; e, apenas na Modernidade, o despertar de uma perspectiva materialista vai gerar o movimento Rosa Cruz e a Maçonaria. Esta vai designar esse princípio criador de palavra perdida, uma palavra que deve ser buscada e denominar os seus templos de Lojas de São João, razões pelas quais se percebe mantido, na Ordem maçônica, o propósito milenar de todas as Escolas Filosóficas de Mistério: achar a palavra perdida, visando a libertar o espírito do homem preso no mundo visível da matéria.

As descobertas da modernidade

O conhecimento hoje disponível permite-nos, finalmente, compreender o que a *dédaca*

sagrada queria dizer. A equação $1 + 2 + 3 + 4 = 10$ indica o modelo matemático segundo o qual toda e qualquer existência estabelece-se como fenômeno presente neste universo. Os números 1, 2, 3 e 4 (a *tétrada*) indicam, respectivamente, a 1ª dimensão, a 2ª dimensão, a 3ª dimensão e a 4ª dimensão da existência. O número 10 indica a instância da totalidade dos fenômenos, a qual corresponde uma determinada inteligência organizativa. Desde 1999, esse modelo criativo encontra-se especificado e formalizado com a denominação de *logos* normativo (RODRIGUES, 2011) e, na condição de estrutura ontológica, de cuja constituição apenas participam as leis naturais do movimento, da forma e da quantidade que, no geral, correspondem às ciências modernas – Lógica, Geometria e Matemática –, conforme já indicado. O título de *logos* normativo decorre do fato de a estrutura normatizar a existência, e a condição ontológica quer dizer que os fenômenos apenas ganham assento na existência como totalidades, o que implica afirmar que, no universo, não existe um fenômeno de segunda classe chamado parte, mas apenas totalidades (RODRIGUES; RODRIGUES, 2012). Com isso, a complexidade, nesse modelo, resulta não da reunião de partes, mas da inteligente articulação de totalidades bem constituídas. Tratando-se de um modelo único gerador de toda existência, este possui a propriedade de se replicar ao infinito e, assim, responder pela edificação ordenada do universo em camadas de crescente complexidade, a partir de energias quânticas, passando por partículas atômicas, átomos, moléculas, organismos, sistemas planetários, galáxias até o próprio universo, sempre dentro de espaços de possibilidades determinados pelas matemáticas.

Não cabe, neste trabalho, entrar em detalhes dessa versão moderna da *dédaca*, pois existem livros tratando disso (RODRIGUES, 1999). Cabe, porém, ressaltar que essa solução torna-se, hoje, viável por ser possível admitir uma geometria dimensional (uma métrica da amplitude?), situada para além das geometrias não euclidianas. Pode-se igualmente pensar uma ciência de múltiplas lógicas, situada para além da lógica

clássica única de Aristóteles e, ainda, ser defensável a possibilidade de uma matemática de múltiplos graus de infinidade demandada pelo modelo.¹⁴ Além disso, a Mecânica Quântica, ao constatar a presença de fenômenos que desobedecem às leis do tempo e do espaço – 4a e 3a dimensão, respectivamente –, abre espaço para uma retomada da Metafísica e para a reutilização do conceito de transcendência. A própria Astrofísica, com o convencimento de que o universo teve um começo, ensina modos de pensar impossíveis de serem alcançados na antiguidade grega. Há, ainda, outras conquistas conceituais que facilitam o entendimento e a formalização dessa inteligência criativa, mas as citadas parecem suficientes para justificar por que Pitágoras e Platão não conseguiram realizá-lo.

Conclusão

Com o advento do logos normativo formalizando a inteligência criativa, superam-se as críticas de Aristóteles sobre a teoria das ideias de Platão (ARISTÓTELES, 2006), e o modo platônico de ver o mundo estabelece-se como modelo completo dotado de rigorosa consistência interna. Basta substituir, no esquema platônico de mundo inteligível, a palavra verdade pela expressão logos normativo, e o modo platônico de ver o mundo torna-se referência adequada para orientar o trabalho maçônico de libertar os espíritos da materialidade. Com essa conquista conceitual, a Maçonaria do século XXI completa a transição do simbólico para o racional que todas as escolas da tradição almejam, disponibiliza para os homens um método capaz de superar as ilusões do mundo visível e um modo formalizado de pensar a totalidade que, no caso da totalidade da espécie, potencializa um novo padrão civilizatório.

A missão permanente da Maçonaria consiste, sim, como afirmam os rituais, em projeto de libertação da humanidade do mundo ilusório da materialidade. Um espírito preso na matéria significa uma mente estreita cuja visão não ultra-

passa o mundo sensível e acredita que o universo está contido no âmbito do espaço tridimensional. Uma mente presa no mundo visível debate-se em uma missão impossível de pensar um visível que não é pensável. Na verdade, esse homem comunga da visão de mundo que todos os demais animais possuem e vive no devir espaço-temporal em constante sobressalto, em face dos conflitos dialéticos com suas circunstâncias. Para esse homem, a civilização é selvagem, os problemas sociais são insolúveis, e a paz e a fraternidade, impossibilidades, em razão do egoísmo estrutural.

Dado que uma sociedade de homens presos ao mundo visível não tem futuro, além daquela pós-modernidade possibilitada pela animalidade, a Maçonaria dedica-se a formar Mestres Maçons, desafiando-os a libertar o seu espírito da matéria, desafiando-os a superar o mundo visível, a abrir os olhos para o mundo inteligível e a descortinar as superiores potencialidades da espécie, o que fez, até o presente momento, invocando imagens simbólicas e argumentos alegóricos. Com os legados da tradição e as descobertas em curso na modernidade, passa a oferecer recursos metódicos e racionais como apoio para essa travessia. A partir de agora, libertar o espírito da matéria constitui procedimento racional plenamente normalizado. Seu pré-requisito: entender e saber operar a inteligência criativa geradora dos fenômenos manifestos na existência. Em outros termos: compreender os axiomas e os modos da existência.

A missão permanente da Maçonaria e de todas as Escolas de Mistério da tradição perante a humanidade implica verdadeiro sacerdócio, na medida em que procura resgatar os homens do mundo das ilusões – da caverna metafórica de Platão – e os colocar no mundo inteligível, em presença do princípio criador e do ser atemporal que edifica o mundo. Constitui um sacerdócio legítimo porque, apesar dos contextos adversos, empenha-se em instrumentalizar os homens e suas mentes para um entendimento superior do mundo e da sua própria existência e, assim, per-

¹⁴ Conforme já exigido por Georg Cantor (1845-1918).

ceber o poder construtivo que despertaria uma humanidade que trabalhasse harmônica e cooperativamente. Para cumprir essa missão – que poderia e deveria ser compartilhada por todos os sacerdotes do mundo –, a Maçonaria exige do Mestre Maçom que se dedique ao estudo e se habilite para esse sacerdócio, o qual se revela superior na medida em que, ao invés de submeter os homens a qualquer doutrina que lhe seja exterior, quer mesmo é que cada um seja capaz de, por si mesmo, encontrar, no seu interior, as leis permanentes do universo e que decida o que é conveniente para si e para a espécie.

A missão da Academia e, em particular, das Faculdades de Filosofia empenhadas na formação de verdadeiros filósofos – segundo a concepção platônica – não é diferente: também objetivam facultar aos homens a saída das cavernas e colocá-los frente do mundo inteligível. Certamente, um Platão iniciado, metafísico e pitagórico enseja estranheza e conflitos em mentes educadas sob princípios científicos que subrepticiamente criam também preconceitos de linguagem. Superados estes, conclui-se que a tese apresentada retira parte do véu que encobria a teoria dos princípios de Platão, a qual acompanhava Pitágoras na percepção de que os princípios primeiros eram constituídos do ilimitado e do limitante: indicações normativas das naturezas absoluta e relativa que, segundo a razão e a lógica, recebem a existência. Nessas condições, resulta que a década pitagórica indica a estrutura dimensional segundo a qual o limitante, condicionando o movimento existencial do ser, constitui e molda toda a existência relativa. A fundamentação última dessa interpretação demanda certamente um exame ontológico que não cabe no plano de um artigo, mas, apesar disso, contabiliza-se uma hipótese de solução teórica para as “doutrinas não escritas” de Platão, em contribuição que se soma às justificativas histórico-hermenêuticas ofertadas pelas escolas de Tübingen e de Milão.

Atendida a racionalidade, conceda-se espaço ao delírio que enriquece a humanidade. Este planeta é um paraíso. É uma ilha-paraíso em

meio a uma vastidão galáctica hostil à forma humana de vida. Pensar este planeta como uma maçã cósmica sendo devorada por vermes constitui apenas uma alternativa superável. O homem pode superar o casulo animal e se transformar em jardineiro cioso e orgulhoso de seu jardim. Empenhar-se metodicamente para que isso aconteça constitui oportunidade que se oferece a professores e maçons do século XXI. A estes, a história reservou, como missão ou oportunidade, completar os esforços das escolas de sabedoria de todos os tempos e concluir um projeto virtualmente surgido na mente dos sábios que formularam a mitologia egípcia há mais de cinco mil anos, qual seja, o de preservar, na cultura humana, perspectiva metafísica e ontológica que faculta e conduz naturalmente ao desvelamento dos axiomas da existência. Por quê? Porque o seu conhecimento permite superar a animalidade estrutural da espécie, amadurece as mentes ao revelar as leis constitutivas do universo e, com isso, potencializa uma civilização centrada no ser que, verdadeiramente, constitui-nos. Pode-se, é claro, enquanto espécie, continuar sendo apenas um acidente cósmico, mas pode-se, também, converter a humanidade em caso de sucesso do ser que edifica o universo.

Referências

- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2006.
- CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*, DVD. Joseph Campbell Foundation, 1989.
- CASTELLANI, José; ALMEIDA DE CARVALHO, William. *História do Grande Oriente do Brasil*. São Paulo: Madras, 2009.
- DACHEZ, Roger. *Hiram e seus irmãos: uma lenda fundadora*. Tradução de José Filardo, 2012. Disponível em: <<http://bibliot3ca.wordpress.com/>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- GADALLA, Moustafa. *Cosmologia egípcia: o Universo animado*. Tradução de Fernanda Rossi. São Paulo: Madras, 2003.

- GOB - GRANDE ORIENTE DO BRASIL. *Constituição do Grande Oriente do Brasil*. Legislação maçônica. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 2001.
- _____. *Ritual 3o Grau: Mestre Maçom, Rito Escocês Antigo e Aceito*. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 2009.
- JÁMBLICO. *Sobre los misterios egipcios*. Biblioteca Clásica Gredos, 242. Tradução de Enrique Ángel Ramos Jurado. Madrid: Editorial Gredos, 1997.
- KLEIN, J. J. *Greek mathematical thought and the origin of algebra*. Nova Iorque: Dover, 1992.
- MARTÍN, José Pablo. (Dir.) *Filón de Alejandría: obras completas*. Volume 1. Madrid: Trotta, 2009.
- McCLAIN, Ernest G. *Meditations through the Quran: conal images in an Oral Culture*. York Beach, Mine: Nicolas-Hays, Inc., 1981.
- _____. *The myth of invariance: the origin of the Gods, Mathematics and Music from the Rg. Veda to Plato*. York Beach, Mine: Nicolas-Hays, Inc., 1976.
- McCLAIN, Ernest G. *The pythagorean Plato: prelude to the song itself*. York Beach, Mine: Nicolas-Hays, Inc., 1978.
- MOLINARO, Aniceto. *Metafísica: curso sistemático*. São Paulo: Paulus, 2004.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Preparo de Ezequiel de Olaso e Eduardo Garcia Belsunce. Tradução de Antonio José Messano e Manuel Palmerim. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.
- PERINE, Marcelo. A recepção da escola Tübingen-Milão no Brasil. *Revista Archai*, Brasília, v. 6, p. 27-33, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/archai/article/view/3748>>. Acesso em: 10 set 2014.
- PLATÃO. *A República*. 13. ed. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste, 2012.
- PORFÍRIO. *Vida de Pitágoras, argonáuticas órficas, himnos órficos*. Biblioteca Clásica Gredos 242. Introdução, tradução e notas de Miguel Periago Lorente. Madrid: Editorial Gredos, 1987.
- REALE, Giovanni. *Para uma nova interpretação de Platão*. 2. ed. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- RODRIGUES, Rubi G. *A doutrina do rito escocês antigo e aceito: um esforço de especificação*. Brasília: Consistório de Príncipes do Real Segredo 16, 2009. 40 p. Disponível, sob o título de Doutrina do verbo solar, em: <<http://amldf.org/?cat=15>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- RODRIGUES, Rubi G. Filosofia maçônica x Filosofia acadêmica. In: *Artigos Correlatos*. Brasília: [s. n.], 2012. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- _____. *A razão holística: método para o exercício da razão*. Brasília: Thesaurus, 1999.
- _____. As origens egípcias das doutrinas não escritas de Platão. In: *Estudos Platônicos*, Brasília: [s. n.], 2013a. 22 p. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- _____. Estudos de lógica. In: *Artigos Correlatos*. Brasília: [s. n.], 2004. 36 p. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- _____. Filosofia maçônica x Filosofia acadêmica. In: *Artigos Correlatos*. Brasília: [s. n.], 2012. 15 p. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- _____. *Filosofia: a arte de pensar*. São Paulo: Madras, 2011.
- _____. Mensageiros de Aquário. In: *Estudos Platônicos*, Brasília: [s. n.], 2013b. 11 p. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- RODRIGUES, Rubi G.; RODRIGUES, Jônatas G. Inteligência organizativa: uma discussão sobre a parte e o todo. *Redes – Revista Capixaba de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória*, Vitória, ES, 2012. 5 p. Disponível em: <<http://segundasfilosoficas.org/>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- SAMPAIO, Luiz Sérgio C. de. *A lógica da diferença*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. *Platão: o um e o múltiplo. Comentários sobre Parmênides*. São Paulo: IBRASA, 2001.
- _____. *Pitágoras e o tema dos números*. São Paulo: IBRASA, 2002.
- SCHURÉ, Edouard. *Os grandes iniciados*. Tradução de Julia Vidili. São Paulo: Madras, 2011.
- SUPREMO CONSELHO DO BRASIL DO GRAU 33 PARA O REAA. *Ritual 4o Grau: Mestre Secreto*. Campo de São Cristóvão, Rio de Janeiro, 2005a.
- _____. *Ritual 19o Grau: Grande Pontífice*. Campo de São Cristóvão, Rio de Janeiro, 2005b.

SZLEZÁK, Thomas Alexander. *Ler Platão*. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *Platão e a escritura da filosofia*. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

SZLEZÁK, Thomas Alexander. Platão e os pitagóricos. *Revista Archaí*, Brasília: Universidade de Brasília (UnB), n. 6, janeiro, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/archai/article/view/3757/3261>>. Acesso em: 10 set. 2014.

Resenha da Publicação:

GENZ, Plínio Virgílio. **A Maçonaria Inglesa no Brasil**. São Paulo: Editora Madras, 2013. 248 Páginas.

Rodolfo A. Germano ¹

Introdução

Não se pode iniciar qualquer comentário sobre este livro, que aborda “um dos aspectos da sociabilidade que a comunidade britânica desenvolveu no Brasil, deixando indelévels marcas de suas contribuições culturais e sociais em nosso meio”², sem antes identificar adequadamente quem é seu autor: Plínio Virgílio Genz.

Gaúcho radicado em São Paulo na década de 60, Plínio foi iniciado numa Loja do Distrito Inglês (Campos Salles), logo no início da década de 70, do qual é o atual secretário (Distrito Inglês) e é membro de praticamente todos os corpos maçônicos das Ordens Inglesas, tendo sido Grão-Mestre Adjunto da Grande Loja Distrital de Mestres Maçons da Marca, Terceiro Principal do Grande Capítulo Distrital de Maçons do Arco Real e Vice Chanceler do Priorado Provincial das Ordens Unidas do Templo e de Malta para a América do Sul, além de fundador tanto do Supremo Grande Capítulo do Arco Real subordinado ao Grande Oriente do Brasil, como do Grande Priorado das Ordens Unidas do Templo e de Malta, também ligado a membros do Grande Oriente do Brasil, e da Grande Loja de Mestres Maçons da Marca do Brasil, do Grande Oriente do Brasil. Também foi fundador de algumas Lojas de Marca ligadas à

Grandes Lojas Maçônicas dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, e, por todos esses serviços prestados, foi condecorado com títulos honoríficos tanto pelo Grande Oriente do Brasil, como pela Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo. Ou seja, trata-se, obviamente, de um distinto maçom que convive (e conviveu) com os protagonistas de nossa Ordem de sua época e, até por essa posição de destaque, não se pode deixar de notar a extrema polidez com que narra os fatos e se posiciona perante os inúmeros momentos sabidamente polêmicos da história da Ordem Maçônica Brasileira.

Prefaciado por ninguém menos que John Charles Woodrow, o atual Grão-Mestre da Grande Loja Distrital de Mestres Maçons da Marca - Brasil, o livro nos apresenta, em sua introdução, um peculiar maçom inglês que imigrou para o Brasil e foi partícipe de diversos acontecimentos marcantes da Ordem, como a fundação da primeira Loja de ingleses no Brasil e a fundação do próprio Grande Oriente do Brasil, para nos deixar claro o seu principal objetivo, que é evidenciar os laços fraternos entre os maçons brasileiros e ingleses durante todo o período em que o Brasil se tornou destino de imigrantes oriundos da Inglaterra.

¹ Rodolfo A. Germano é empresário contabilista, Mestre Maçom da Loja Maçônica “Deus, Justiça e Amor” nº2086 do Oriente de Sumaré/SP (GOB/GOSP) e Maçom do Real Arco pelo Capítulo Grande Campinas, jurisdicionado ao SGCMRAB, o qual é filiado ao *General Grand Chapter of Royal Arch Masons International*. E-mail: rodolfo@g2.cnt.br

² Texto encontrado no resumo da contracapa.

Estrutura

A estrutura básica do livro é dividida em 3 (três) partes. Na primeira, o autor faz a devida introdução, na segunda, nos apresenta ao que há de concreto na contribuição da maçonaria inglesa ao Brasil, ou seja, as Ordens Inglesas de Lojas Simbólicas, Capítulos do Arco Real, Lojas de Marca, de Nautas e Ordens do Templo e de Malta (e mais recentemente, os Graus Aliados e a Ordem da Cruz Vermelha de Constantino) e, na última parte, nos traz um histórico detalhado das primeiras Lojas que compuseram a Grande Loja Distrital da América do Sul - Divisão Norte.

Na primeira parte, há uma rápida introdução à Maçonaria Moderna, ao surgimento das duas Grandes Lojas Inglesas, e a famosa união de Antigos e Modernos, e à Maçonaria brasileira, onde destaca o rápido, e polido, contexto histórico profano ao qual as ações da Ordem estavam envolvidas. Parte-se, então, para a primeira fase, de Lojas ligadas diretamente à Grande Loja da Inglaterra, onde é abordado o famoso reconhecimento, pela GLUI, em 1822, muito bem conjecturado, frente à total ausência de comprovação documental, pelos relatos de maçons brasileiros ligados à GLUI. Em seguida, são abordadas as 3 Lojas fundadas pelo Grande Oriente dos Beneditinos para trabalhar em língua inglesa, e que, por terem sofrido relativa influência da maçonaria americana e seu rito inglês antigo, deixaram de herança, para o seio da Maçonaria Brasileira, uma das maiores polêmicas relativas a ritos e rituais.

Grandes Orientes unificados, o livro nos traz as primeiras Lojas de maçons ingleses no registro do Grande Oriente do Brasil, as quais, mais tarde, seriam as responsáveis pela criação do famigerado "Grande Capítulo do Rito de York" e o Tratado de 1912. Mais Lojas são fundadas, temos a grande cisão de 1927 e, por fim, o Tratado de 1935 e o surgimento da Grande Loja Distrital da América do Sul - Divisão Norte.

Na segunda parte, é apresentado o Sagrado Arco Real de Jerusalém e os primeiros Capítulos no Brasil, a Maçonaria da Marca, o histórico do Grau da Marca e as primeiras Lojas no Brasil,

o Grau de Nautas da Arca Real, seus primeiros registros e também seu início no Brasil, a Ordem dos Cavaleiros Templários, seu histórico medieval, a Ordem de Malta, a Ordem Maçônica do Templo e o surgimento no Brasil, como contribuições da Maçonaria Inglesa à Maçonaria no Brasil, finalizando com alguns esclarecimentos sobre Tratados, relacionamentos e reconhecimento, onde são abordados a Declaração de 1938 sobre os "Propósitos e Relacionamentos da Ordem", pelas Grandes Lojas da Inglaterra, Irlanda e Escócia e os "Princípios Básicos de Regularidade" estabelecidos pela GLUI em 1929.

E, por último, como já foi abordado, o livro encerra com um histórico detalhado das Lojas do Distrito Inglês, onde é elogiável a quantidade de informação pautada por documentação oficial. Datas, números de registro, nomes, cargos, mandatos, tudo é devidamente informado e pode ser conferido em linha temporal precisa e fidedigna.

Conclusão

Como fonte de pesquisa para informações precisas de datas e nomes, este livro é obrigatório para qualquer estudo que se aventure pelo tema. Mas se a procura for por um posicionamento oficial relativo às polêmicas "Rito de York" e "Cisão de 1927", passe longe. O cordão umbilical com o Grande Oriente do Brasil é um grande entrave ao autor, portanto, não se verá nada além de "Grand Council of Craft = Grande Capítulo do Rito de York" e "Mário Behnring se retirou do Lavradio e levou consigo parte dos documentos", o mesmo discurso enfadonho e parcial que pouquíssimos maçons, ligados ao Grande Oriente do Brasil, ousaram destoar, até hoje. Particularmente, vejo como um grande desperdício de oportunidade para que tão distintos maçons contribuam para o fim de tais polêmicas e eliminem esse véu que encobre, principalmente, o fato de se denominar um ritual com a distinção de um Rito já existente (e que já existia) e que desconsidera, completamente, toda uma cultura maçônica histórica desse Rito. Mas voltando ao livro,

é uma excelente ferramenta de estudo e uma grande obra que pode ajudar e inspirar outras grandes realizações maçônicas. é uma excelente ferramenta de estudo e uma grande obra que pode ajudar e inspirar outras grandes realizações maçônicas.

Resenha da Publicação:

SALOMÓ, Eduard et al. **Sabedoria do Silêncio: Hermetismo e Rosacruz no Pensamento Humanista Ocidental**. Lisboa: Fundación Rosacruz, 2012. 191 páginas.

Marcel Henrique Rodrigues ¹

A presente obra trata-se de uma parte importante e pouco estudada da História, sobretudo da História das religiões. Tal assunto concerne sobre os estudos ditos "místicos e ocultistas" que floresceram principalmente no período do Renascimento europeu, derivando de uma prática já existente no período da Idade Média, mas ocultada das vistas da Igreja Católica.

O livro surgiu com o apoio de diversos colaboradores que se propuseram a estudar tal período histórico. Com auxílio dos documentos da Torre do Tombo (o Arquivo Nacional Português), que possui um incrível acervo de documentos históricos que comprovam a perseguição às mulheres e homens por suas convicções e opções de consciência, pois os mesmos se encontravam voltados para os estudos do hermetismo e das ciências ditas ocultas, práticas combatidas e temidas pela igreja.

Um dos movimentos surgidos foi o da Rosa-Cruz, movimento filosófico-místico, que historicamente se apresenta ao público no século XVII, mas suas origens remontam séculos anteriores. Tal movimento, que existe até hoje, trouxe a tona os estudos místico-herméticos de diferentes cor-

rentes de pensamento da antiguidade, desde a Cabala, a Alquimia e a Gnose. A própria Rosa-Cruz surge como símbolo de segredo, de oculto, mas, também, revela-se como símbolo de busca pelo aperfeiçoamento interior do ser humano.

São destacados três períodos do movimento hermético. O primeiro remonta à cultura egípcia com a filosofia grega, sobretudo esta última que possuía a inquietude para alcançar um conhecimento verdadeiro e profundo da vida. Assim, temos destacadas figuras como Pitágoras e Platão que, além de desenvolverem escolas filosóficas, postularam o ideal de ser humano que busca o seu desenvolvimento espiritual e intelectual ladeando as margens do misticismo. Sabe-se que Platão e Pitágoras, além de exímios filósofos, foram surpreendentes em suas revelações de cunho metafísico. Este primeiro momento tem o seu limiar no início do Cristianismo.

A ideia de que todas as coisas estão preenchidas pela essência divina, fora partilhada em larga escala por diversas correntes de pensamento, como a Cabala, a Gnose e o Sufismo. A cultura mulçumana com sua ampla difusão da Medicina, da agricultura, das artes da Matemática foi um

¹ Marcel Henrique Rodrigues é graduado em Psicologia pela Unisal. Membro da SBPC e da ABHR. Foi pesquisador, bolsista Fapesp, na Universidade Católica Portuguesa de Lisboa. É autor do livro "Maçonaria e Simbologia: Uma Análise do Preconceito Através da História e da Psicologia". E-mail: marcel_symbols@hotmail.com

enorme manancial de conhecimento, que abriu às portas para o grande segundo período do movimento hermetista.

Chega-se ao terceiro período do movimento, período este concernente ao Renascimento europeu e o aumento da valorização dos estudos de antigos filósofos clássicos do período pré-cristão. Embora tenham ocorrido perseguições por parte da Inquisição e a morte de diversos célebres homens como Giordano Bruno, tal movimento que previa uma nova maneira de refletir sobre as questões existências não se extinguiu, é neste período, propriamente no século XVII, que o movimento Rosa-Cruz ganha notoriedade. Ilustres personagens como Elias Ashmole e Issac Newton que partilhavam dos ideais do movimento da Rosa-Cruz, fundam em Londres a Royal Society, com o objetivo de divulgação do saber científico.

É interessante notar que estes movimentos, de cunhos esotéricos, foram fundamentais para alicerçar muito do que há hoje em matéria de ciência, leis, filosofias entre outros avanços. Estes avanços só foram possíveis com a valorização da capacidade humana em controlar muitos aspectos da vida que, até então, estava sujeitos às "leis divinas", sendo o homem um mero "fantoche" da vontade Deus.

Centralizando o homem como um ser microcósmico, ou seja, dando-lhe autonomia para pensar, agir e ser protagonista de sua própria existência que o Hermetismo, juntamente com o florescimento da Rosa-Cruz, forneceu bases sólidas para os avanços das ciências e do pensamento humanista ocidental. Entretanto, estes movimentos como a citada Rosa-Cruz e, mais tarde, a Maçonaria Especulativa, necessitaram permanecer ocultas, seus segredos eram revelados somente aos iniciados. Uma maneira inteligente de se manter a tradição iniciática e de manter sobre um véu de sigilo os conhecimentos esotéricos.

Após esta reflexão histórica, o texto faz uma pausa para apurar sobre o Hermetismo e o movimento Rosa-Cruz no século XXI:

Nesta óptica, O Bhagavad Gita representa o primeiro impulso que confronta o homem com a necessidade de libertar a sua mente da ilusão provocada pelos sentidos; a obra dos pré-socráticos separa o mito do pensamento racional ; o Renascimento, em cujo contexto se enquadra a Rosacruz Hermética, liberta o pensamento, da superstição religiosa abrindo assim caminho ao nascimento do pensamento científico moderno; a Rosacruz no século XXI, tem orientado os seus esforços no sentido de conseguir a síntese definitiva entre a inteligência emocional e a inteligência racional, permitindo a superação da contradição existente entre elas, que está na origem da falta de pontes entre o mundo científico e o mundo espiritual. (FREIJO, et al, 2012. p. 72).

A obra volta à História e analisa muitas das Artes, ditas ocultas, cultivadas por diversas civilizações como a Astrologia, a Alquimia, a Gnose da escola de Alexandria, sobre a Arábia Hermética, a Cabala Judaica e Cristã entre outras.

Assim, a História mostra os percursos históricos em que se desenvolveram as raízes do hermetismo Rosa-Cruz, passando pelo Renascimento, chegando com analogia desta Ordem em outras fraternidades iniciáticas como a Maçonaria, a Teosofia, a Antroposofia e o Martinismo.

A conclusão é que esta importante obra deseja trazer a tona que o misticismo que, muitas vezes, fora desconsiderado pelos cientistas modernos, descartando-o como indignos de estudo por "derivarem" de uma época de superstição. Se enganam ao não notarem que, grande parte dos pilares da nossa atual sociedade ocidental se pautaram em homens que divulgavam tais conhecimentos exotéricos, e que buscavam maior compreensão da realidade, contribuindo para o nascimento dos movimentos científicos sem os enlances da religião.

Sobre a Revista

Foco e Escopo

A Revista "Ciência & Maçonaria" é a primeira revista acadêmica no Brasil dedicada a contribuições acadêmicas em um campo de pesquisa cada vez mais estudado: a Maçonaria. Seu formato é exclusivamente eletrônico e com publicações semestrais. Sua finalidade é publicar produção multidisciplinar relacionada à Maçonaria de especialistas, professores e alunos de diversas universidades. O objetivo é disponibilizar conhecimento sobre Maçonaria e democratizar a produção acadêmica sobre esse objeto de pesquisa: a Maçonaria.

A Revista "Ciência & Maçonaria" destina-se à publicação de textos inéditos na modalidade de artigos, ensaios e resenhas. Trata-se de um espaço aberto para professores, pesquisadores e estudantes que desejam publicar suas análises, reflexões e resultados de pesquisas realizadas. A revista também está aberta ao público maçônico em geral para suas contribuições. Considera-se ainda, como principal requisito para publicação na Revista "Ciência & Maçonaria", que a produção apresente conteúdo analítico-interpretativo, de maneira coerente com rigor científico na área de estudo das ciências humanas e sociais.

Os artigos podem ser das seguintes CATEGORIAS: teórico, empírico, ensaio ou resenha bibliográfica:

Artigo Teórico

O artigo teórico deverá basear-se em questões maçônicas ligadas a uma das ciências humanas e sociais e apresentar uma reflexão/interpretação crítica dos fenômenos observados, sustentado por referências bibliográficas relevantes.

Artigo Empírico

O artigo empírico deverá fundamentar-se em procedimentos metodológicos relevantes, na tentativa do desenvolvimento de análises e interpretações que produzam avanço ou conhecimento na área.

Ensaio

O ensaio trata-se de uma forma livre de análise e interpretação de fenômenos relacionados à Maçonaria, apresentando novas perspectivas e enfoques sobre temas relevantes; contribuindo assim para o avanço da produção científica.

Resenha

A resenha consiste em análise crítica de livros, teses, dissertações e monografias, publicadas no Brasil e no exterior sobre Maçonaria.

Processo de Avaliação pelos Pares

O processo de avaliação da Revista Ciência & Maçonaria consiste nas seguintes etapas: O artigo original será analisado pelo editor responsável da revista, de modo a se analisar se cumpre com os requisitos temáticos e metodológicos e definir a área de avaliação o qual será direcionado. Com a etapa de definição, o artigo será enviado a dois avaliadores externos, preservando o anonimato dos autores e entre os avaliadores (peer blind review), que por sua vez, procederão de acordo com os critérios:

1. Publicar sem alterações;
2. Publicar com pequenas alterações, efetuadas pelos avaliadores;
3. Retornar ao autor com orientações de correções a serem efetuadas, podendo ser publicado posteriormente;
4. Retornar ao autor com a reprovação do artigo, sem publicação posterior.

Periodicidade

A Revista "Ciência & Maçonaria" apresenta volumes anuais com periodicidade semestral; sendo dois números por ano. A RC&M apresenta-se em formato digital, onde o leitor pode facilmente efetuar buscas por temas, títulos, autores, além de possibilitar salvar os artigos em formato ".pdf" quando necessário, sem a necessidade de autorização prévia. Os volumes serão divididos em:

N.1: Jan/Fev/Mar/Abr/Mai/Jun/ - publicado em Julho

N.2: Jul/Ago/Set/Out/Nov/Dez - publicado em Janeiro

Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Seções

A Revista Ciência & Maçonaria é dividida nas seguintes seções, nas quais os artigos a serem submetidos devem ser enquadrados:

1. Linguística, Filosofia e Simbologia.
2. História.
3. Sociologia, Antropologia, Administração, Ciência Política, Pedagogia e Direito.
4. Teologia.
5. Psicologia e Pedagogia.

Diretrizes para Autores

A submissão de trabalhos deverá ser feita por meio do *website* da revista e seguindo estritamente o formato exigido pela mesma, respeitando ainda as condições para submissão e de acordo com os termos relativos a direitos autorais publicados no website: www.cienciaemaconaria.com.br

Atenciosamente,

Conselho Editorial

C&M



**Revista
Ciência &
Maçonaria**

Realização:

NP3

CEAM | UnB